ANÁLISE DA POLÍTICA DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO:
O CASO DE PIRACICABA

MARLY TERESINHA PEREIRA

Aprovada em: 20. 06. 1990

Comissão julgadora:

Prof. Dr. Pedro Valentim Marques

ESALQ/USP

Prof. Dr. Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

ESALQ/USP

Dr. Antonio Ambrósio Amaro

IEA/SAA

Prof. Dr. Pedro Valentim Marques
Orientador

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Livros da
Divisão de Biblioteca e Documentação - PCAP/USP

Pereira, Marly Teresinha
P436a Análise da política de centrais de abastecimento;
o caso de Piracicaba. Piracicaba, 1990.
112p. ilustr.

Diss.(Mestre) - ESALQ
Bibliografia.

1. Alimento - Abastecimento - Piracicaba, SP
2. CEASA - Piracicaba, SP 3. Mercado atacadista - Aspecto político-sócio-econômico - Piracicaba, SP 4. Política agrícola - Análise - Piracicaba, SP I. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

CDD 338.19

DEDICO

A meus pais, pela vida e pelo amor que me deram.

A minhas filhas, Renata e Cláudia, que suportaram, com carinho e paciência, minha ausência e minha presença.

A meus familiares e amigos, que souberam compreender e estimular meu trabalho.

E à Deus, por ter me abençoado com tudo isso.

AGRADECIMENTOS

A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, através do Departamento de Economia e Sociologia Rural, que me possibilitou frequentar o curso de Pós-Graduação em Economia Agrária.

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, através da Secretaria Municipal de Agricultura-SEMA, pela valiosa colaboração durante a fase de coleta dos dados.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, através da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo-CEAGESP, pela inestimável colaboração, durante a fase de coleta dos dados.

Ao Professor Dr. Pedro Valentim Marques, um especial agradecimento pela dedicada e eficiente orientação desta Dissertação, bem como pelo seu apoio decisivo na etapa final dos trabalhos.

Aos queridos amigos Professores Dr. José Molina Filho, meu primeiro orientador, e Dra. Maria Ignês Guerra Molina, companheiros de trabalho e de luta, pela amizade, apoio e incentivo, fundamentais para consecução deste trabalho.

Aos Professores Dr. Rodolfo Hoffmann e Dra. Zilda Paes de Barros Mattos, pelas criteriosas críticas e sugestões na fase inicial deste trabalho.

Ao Professor Dr. Evaristo Marzabal Neves e ao Dr. Flávio Condé de Carvalho, pela leitura do texto original e pela preciosa colaboração.

Ao Dr. Antonio Ambrósio Amaro e ao Professor Dr. Geraldo Sant'ana de Camargo Barros, pela participação na Comissão Julgadora e pelas sugestões, comentários e idéias para aprimoramento desta pesquisa.

Aos demais colegas do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ/USP, que direta ou indiretamente colaboraram nesta pesquisa.

As secretárias do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ/USP, em especial à Elenice Cazalattina de Mattos e Helena A. Cardoso de Oliveira, pela colaboração prestada na redação final deste trabalho.

Aos demais funcionários do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ/USP, especialmente representados pela querida dona Alice da Silva Cipriano, pelo cafezinho, sempre acompanhado de carinhosas palavras de incentivo, nas horas de cansaço.

INDICE

	página
LISTA DE TABELAS.....	vii
RESUMO.....	x
SUMMARY.....	xii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 A questão do abastecimento.....	1
1.2 Caracterização do Problema.....	6
1.3 Objetivo.....	9
2. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA ÁREA DE ABASTECIMENTO.....	11
2.1 Aspectos institucionais.....	11
2.2 A Política de Centrais de Abastecimento.....	21
2.2.1. Objetivos.....	21
2.2.2 Estado de São Paulo - precursor na modernização..	24
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	30
3.1 Políticas de modernização do abastecimento.....	30
3.2 Estrutura de Mercado.....	36
3.3 Preços/Produtos.....	38
4. METODOLOGIA.....	40
4.1 Modelo Conceitual de Análise.....	40
4.1.1 Método Funcional.....	41
4.1.2 Método Estrutural.....	43
4.1.2.1 Índices de Desigualdade e de Concentração.....	48
4.1.3 Método por Produto Específico.....	50
4.1.3.1 Margem de Comercialização.....	51

	página
4.1.3.2 Elasticidade de Transmissão de Preço.....	54
4.2 Material e Fonte de Dados.....	56
4.2.1 Variáveis selecionadas.....	57
5. RESULTADOS.....	60
5.1 O Entrepasto Municipal.....	60
5.2 A CEASA de Piracicaba.....	64
5.2.1 Características Gerais.....	64
5.2.1.1 Dimensionamento.....	64
5.2.1.2 Localização e horário de funcionamento....	65
5.2.2 Produtos Comercializados.....	68
5.2.3 Permissionários da CEASA de Piracicaba.....	73
5.2.4 Principais Compradores.....	75
5.2.5 Serviços de Comercialização.....	78
5.2.5.1 Serviços adicionados ao produto.....	78
5.2.5.2 Serviços de apoio à comercialização.....	78
5.2.6 Serviços Complementares.....	79
5.3 A estrutura da CEASA de Piracicaba e comportamento dos usuários.....	81
5.3.1 O grau de concentração e de desigualdade dos vendedores.....	81
5.3.2 Elasticidades de Transmissão de Preços.....	83
5.3.3 Margem de Comercialização.....	87
6. CONCLUSÕES.....	91
7. SUGESTÕES.....	97
8. BIBLIOGRAFIA.....	99
9. APÊNDICE.....	104

LISTA DE TABELAS

	página
Tabela 1. Produção "per capita" de alimentos no Brasil, em kg/habitante/ano, período 1975-1983.....	03
Tabela 2. Equivalência entre as unidades de comercialização no atacado (CEASA) e no varejo (feiras e varejões).....	59
Tabela 3. Evolução estimada da população para o município de Piracicaba e sub-região, período 1970/80.....	61
Tabela 4. Evolução da população para o município de Piracicaba e sub-região, período 1970/80.....	62
Tabela 5. Movimentação anual de produtos, em toneladas, e número de agentes, por grupo de produtos - Entrepósito Municipal de Piracicaba-SP 1978.....	63
Tabela 6. Movimentação dos produtos comercializados nas Centrais de Abastecimento do interior do Estado de São Paulo, em toneladas, e participação em porcentagem, 1987, 1988 e 1989.....	70
Tabela 7. Evolução, por grupo de produtos, das quantidades comercializadas na CEASA de Piracicaba - período de março de 1985 a março de 1989.....	71
Tabela 8. Participação de cada grupo de produtos no total comercializado pela CEASA de Piracicaba, no período de janeiro a dezembro de 1989.....	71
Tabela 9. Participação, em porcentagem, dos permissionários por categoria, na comercialização, por grupo de produtos, na CEASA de Piracicaba-SP, 1989.....	72
Tabela 10. Número de agentes que operam na CEASA de Piracicaba-SP, dezembro de 1989.....	73
Tabela 11. Participação das diferentes categorias de compradores na CEASA de Piracicaba-SP, nos anos de 1987 e 1988.....	75

Tabela 12.	Procedência dos principais compradores da CEASA de Piracicaba-SP, 1987.....	77
Tabela 13.	Quadro de funcionários permanentes da CEASA de Piracicaba-SP, 1989.....	80
Tabela 14.	Índices de concentração e de desigualdade de vendedores de alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, na CEASA de Piracicaba-SP, 1989.....	82
Tabela 15.	Relação entre os índices de concentração econômica para os oito maiores vendedores de alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja e a participação destes no total de vendedores para cada produto vendedores, CEASA de Piracicaba, 1989.....	83
Tabela 16.	Regressões lineares estimadas e coeficientes de elasticidade de transmissão de preços para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja para os níveis de atacado (CEASA) e varejo (varejões municipais), Piracicaba-SP, 1985/89.....	84
Tabela 17.	Regressões lineares estimadas e coeficientes de elasticidade de transmissão de preços para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja para os níveis de atacado (CEASA) e varejo (feiras-livres), Piracicaba-SP, 1985/89....	85
Tabela 18.	Regressões lineares estimadas das margens de comercialização dos varejões municipais em relação a CEASA de Piracicaba-SP, para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, período 1985/89.....	88
Tabela 19.	Regressões lineares estimadas das margens de comercialização das feiras-livres em relação a CEASA de Piracicaba-SP, para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, período 1985/89.....	90
Tabela 20.	Preços e quantidades comercializadas de repolho no varejo (varejo e feira-livre) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.....	105

Tabela 21.	Preços e quantidades comercializadas de laranja no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.....	106
Tabela 22.	Preços e quantidades comercializadas de abo - brinha no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.....	107
Tabela 23.	Preços e quantidades comercializadas de alfa - ce no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.....	108
Tabela 24.	Preços e quantidades comercializadas de ce - bola no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.....	109
Tabela 25.	Preços e quantidades comercializadas de toma - te no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.....	110
Tabela 26.	Índice de Concentração Econômica para o maior, os quatro e os oito maiores vendedores de al - face, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, na CEASA de Piracicaba-SP, período de 1985/1989.....	111

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi o de estudar a política de mercados atacadistas representados pelas Centrais de Abastecimento, especificando-se as principais características do projeto de implantação (filosofia, conceitos e objetivos), contrapondo com os resultados alcançados após vinte anos, utilizando-se como estudo de caso a CERSA de Piracicaba-SP.

Para efeito da análise, consideraram-se os aspectos funcional, estrutural e, devido a sua representatividade e importância na comercialização e consumo, o grau de desigualdade e de concentração de vendedores, a elasticidade de transmissão de preço e as margens de comercialização dos seguintes produtos: alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja. O período de análise foi de março de 1985 a março de 1989.

Para medir-se o grau de desigualdade utilizou-se o índice de Gini e, para concentração, utilizaram-se os índices de Concentração Econômica e o de Herfindahl. Os resultados indicaram um alto grau de desigualdade e concentração de vendedores para os produtos analisados. Os índices de Gini calculados são: alface, 0,95; abobrinha, 0,97; cebola, 0,94; repolho, 0,96; tomate, 0,96 e laranja, 0,94. Os índices de Concentração Econômica para os oito maiores vendedores são: alface, 0,84; abobrinha, 0,74; cebola, 0,96; repolho, 0,72; tomate, 0,89 e laranja, 0,95. Os índices de Herfindhal calculados são: alface, 0,15; abobrinha,

0,22; cebola, 0,48; repolho, 0,17; tomate, 0,30; e laranja, 0,40. A elasticidade de transmissão de preços da CEASA para os varejões foram: alface, 0,92; abobrinha, 0,67; cebola, 0,87; repolho, 0,57; tomate, 0,83 e laranja, 0,21. Os resultados para as feiras foram: alface, 0,81; abobrinha, 0,64; cebola, 0,70; repolho, 0,76; tomate, 0,82 e laranja, 0,23. Os valores são menores do que a unidade, indicando que para uma variação de preços na CEASA, há uma variação menos que proporcional no varejo.

As margens de comercialização do varejão para abobrinha, repolho, tomate e laranja, em relação à CEASA, indicam que há um componente relacionado com o atacado e um componente independente dele, ou seja, é seguida uma política mista de "markup" e componente fixo. A mesma análise em relação às feiras demonstra que para cebola e laranja a relação entre o preço de varejo e o preço da CEASA é indireta. Neste equipamento (feira), é seguida a política mista de "markup" e componente fixo para todos os produtos estudados.

Em relação à modernização do abastecimento, não houve incentivo efetivo para a centralização do comércio atacadista na CEASA de Piracicaba, o que é comprovado pela continuidade de pontos tradicionais de comercialização na área central da cidade, pelo decréscimo de 8,9 % no número de agentes existentes no antigo entreposto, pelo decréscimo de 42,8 % no volume comercializado por agente, e pela queda expressiva da participação da CEASA no volume comercializado nas centrais de abastecimento do Estado de São Paulo.

SUMMARY

The main objective of this study was to analyse the wholesale markets for agricultural products represented by the Centrais de Abastecimento- CEASAs (Wholesale Centers for Agricultural Products). In order to attain that objective, the main characteristics of the inicial project proposal (phylosophy, concepts and objectives) were described and compared to the present situation using local CEASA as a study case.

The functional as well as the structural aspects of marketing were taken into account in the analysis. Also, sellers concentration and inequality, elasticity of price transmission and gross margin at the wholesale level were calculated for: lettuce, Summer squash, onion, cabbage, tomato and orange, for the period March 1985 to March 1989.

Sellers inequality and concentration were estimated by Gini, Herfindahl and Economic Concentration indices. The results for Gini indices showed a high inequality for the following products: lettuce, 0.95; Summer squash, 0.97; onion, 0.94; cabbage, 0.96; tomato, 0.96; and orange, 0.94. The Economic Concentration indices for the eight largest sellers are the following: lettuce, 0.95; Summer squash, 0.74; onion, 0.96; cabbage, 0.72; tomato, 0.89 and orange, 0.95. The Herfindahl indices are: lettucce, 0.15; Summer saquash, 0.22; onion, 0.48; cabbage, 0.17; tomato, 0.30; and orange 0.40.

The elasticity of price transmission from CEASA to varejões (a special kind of retailer) were: lettuce, 0.92; Summer squash, 0.67; onion, 0.87; cabbage, 0.57; tomato, 0.83 and orange, 0.21. The elasticity of price transmission, from CEASA to feiras were: lettuce, 0.81; Summer squash, 0.64; onion, 0.70; cabbage, 0.76; tomato, 0.82 and orange, 0.23. The estimated elasticity of price transmission are all lower than 1 which means that for a given change prices at CEASA, there is a less than proportional price variation at the retail level.

The results also showed margin at the retail level (varejo and feira) had a component related to CEASA and another independent component, that is, a markup and a fixed component policy.

Finally, there are evidences indicating that the initial objective of concentrating wholesalers at Piracicaba's CEASA was not successful. The most important evidences are: a) traditional wholesale marketing places continue to exist in the central part of the city; b) the number of wholesalers decreased 8.9%; c) the marketed volume per wholesaler decreased 53.8%; and, finally; d) there was a significant reduction in the size (marketed volume) of local CEASA with respect to total marketed volume by the Centrais de Abastecimento in the State of São Paulo.

ANÁLISE DA POLÍTICA DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO : O CASO DE PIRACICABA

1. INTRODUÇÃO

1.1 A questão do abastecimento

O notável ritmo de crescimento populacional dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento é fenômeno notoriamente conhecido. Este fato desperta profunda preocupação naqueles que imaginam ser impossível compatibilizar uma população que cresce aceleradamente com as possibilidades que o país tem de gerar empregos, produzir alimentos, prover infraestrutura e serviços básicos e, de uma forma geral, proporcionar todos os elementos de subsistência e desenvolvimento que a referida população requer.

Para muitos, o fato que assume maior importância é o problema de desequilíbrio entre população e suprimento de alimentos, uma vez que estes constituem fator primordial para a manutenção da vida. O seu inadequado fornecimento influencia negativamente o estado nutricional da população, provocando efeitos complexos e variados através de todo corpo econômico e social.

Basicamente, três fatores concorrem para que haja um suprimento nutricional adequado:

- a) oferta suficiente de alimentos;
- b) disponibilidade de recursos para aquisição dos produtos, e
- c) fluência na circulação dos mesmos.

O equilíbrio entre esses fatores permite à população satisfazer regularmente suas necessidades básicas de alimentação e ao Estado o cumprimento de uma de suas atribuições fundamentais, que é a segurança alimentar (COBAL, 1985).

Entretanto, devido ao modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas, altamente concentrador e privilegiador de determinados setores da economia, esta não tem sido a realidade do abastecimento no Brasil.

A política agrícola levada a cabo no país nos últimos vinte anos, baseada nesse modelo, além de acelerar o êxodo rural, agravando sobremaneira as condições de vida nas grandes cidades, provocou séria alteração na composição agrícola nacional. Existe no país um gritante contraste entre a agricultura de exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja e cacau) e aquela voltada para o abastecimento interno (feijão, milho, arroz, mandioca e batata).

O abastecimento interno é praticado por pequenos produtores, a maioria não proprietários, utilizando técnicas rudimentares de produção e com acesso limitado ao crédito rural, o que contribuiu para a queda expressiva na oferta de alimentos, gerando estagnação e até mesmo diminuição na disponibilidade interna "per capita" de alimentos básicos tradicionais, conforme se verifica pelos dados da Tabela 1 (ARAÚJO, 1989).

Tabela 1 . Produção "per capita" de alimentos no Brasil, em kg/habitante/ano, período 1975-1983

Ano	Arroz	Feijão	Milho	Mandioca	Trigo	Soja
1975	74,0	21,7	155,4	248,4	38,9	94,1
1976	90,6	17,1	164,8	236,2	59,4	104,2
1977	81,5	20,7	174,4	234,8	42,5	113,3
1978	64,4	19,4	117,8	224,8	62,0	84,2
1979	65,4	18,9	140,5	215,0	56,7	88,2
1980	81,9	16,5	171,1	196,6	62,7	127,3
1981	68,2	19,3	171,6	197,9	49,5	122,2
1982	77,5	22,7	174,7	191,6	49,0	102,4
1983	60,3	12,4	145,9	171,8	-	113,4

Fonte: FIBGE e CACEX

- a) no caso do trigo foi considerada a produção nacional mais importação
- b) estimativa para novembro/83

O segundo fator importante para o suprimento nutricional adequado é a renda, interferindo no nível de consumo tanto em quantidade de calorias como no valor nutricional da dieta alimentar.

Também neste aspecto foram drásticas as consequências do modelo de desenvolvimento brasileiro. No período de 1960/80, do total da população economicamente ativa, apenas 10% apresentou ganho real de renda, ficando os demais 90% com variação negativa. O ganho real de renda dos 10% mais ricos foi de 31%, enquanto que os 10% mais pobres perderam mais de 50%. Essa situação é corroborada pelo fato de que 42% das famílias

brasileiras tinham, em 1980, uma renda mensal de no máximo 2 salários mínimos e 73% de até 5 salários mínimos (COBAL, 1985).

A partir da década de 80, o processo recessivo aprofundou esta situação, expressando-se também na elevada taxa de desemprego e na constante e acentuada corrosão do poder de compra dos salários. De acordo com ARAÚJO (1989), a maioria da população brasileira ganha muito pouco e come quase nada, uma vez que o custo da ração essencial, elevando-se ano a ano, obriga o indivíduo a trabalhar sempre mais para comprar a mesma coisa. Se em 1959 o custo da ração essencial correspondia a 27% do valor do salário mínimo, dispendendo o trabalhador 65 horas de serviço para comprá-la, em 1984 o seu custo correspondia a 68% do salário mínimo, correspondendo a 163 horas de trabalho. De acordo com o mesmo autor, no período de 1977 a 1984, o consumo de alimentos básicos por habitante sofreu uma redução de 11,0%.

Em relação à fluência na circulação dos produtos, a enorme extensão territorial do Brasil e a heterogeneidade de suas regiões agropecuárias ocasionam sérios problemas à comercialização dos alimentos, agravados pela proliferação dos intermediários e atravessadores. Apesar da disponibilidade de alimentos ainda ser suficiente, estimativas oficiais mostram que cerca de 50% da população urbana e 30 % da população rural apresentam ingestão insuficiente de alimentos (ARAÚJO, 1989).

Esta análise deixa clara a existência de um total descompasso entre os principais fatores que concorrem para o suprimento alimentar da população, o que se faz sentir de forma crítica na medida em que a cada dia aumenta a população excluída

de uma alimentação adequada. Impõe-se, ao Estado, a necessidade de criação de mecanismos capazes de garantir a segurança alimentar. Paralelamente aos esforços para alcançar-se uma distribuição de renda mais justa e para aumentar a produção de alimentos, fica clara a necessidade de dar-se maior atenção às iniciativas que tendem a aumentar a eficiência dos mecanismos de distribuição, pela potencialidade que encerram para o melhoramento das condições alimentares.

Desta forma, a questão do abastecimento interno, aqui entendida como a ação do Estado no processo de comercialização de produtos alimentares, é uma das dimensões prioritárias no estudo sistemático da comercialização de produtos agrícolas.

Entretanto, paradoxalmente, observa-se que são poucos os estudos sobre o assunto. Há uma grande variedade de estudos empíricos e pesquisas teóricas sobre diversas questões como condições de troca, empresas multinacionais, importações de alimentos, mas muito pouco sobre a distribuição interna de alimentos. E, mesmo entre estes, a maioria trata-se de estudos isolados, sem uma dimensão global da situação. Há muitos livros sobre comercialização, porém poucos trabalhos tentam ir mais além da teoria.

Num país com as dimensões geográficas do Brasil, em que abundam os grandes centros urbanos, o aprofundamento dos conhecimentos sobre abastecimento interno é um fator decisivo nos esforços engendrados para aumentar a produção de alimentos. É um assunto fundamental, de grande interesse para a sociedade, tanto para os formuladores de políticas e os consumidores, como para os técnicos, trabalhadores e produtores rurais.

1.2 Caracterização do Problema

Nas últimas décadas o Brasil experimentou um intenso processo de urbanização: em apenas 30 anos quase que duplicou a participação relativa da população urbana no país, a qual evoluiu de 31% em 1940, para 56% em 1970. Tal processo, especialmente nas capitais dos Estados e cidades circunvizinhas, originando as regiões metropolitanas, decorreu em grande parte das migrações internas do campo para as cidades e correspondeu a um acréscimo da população urbana equivalente a 40 milhões de pessoas (CEASA, 1975).

Nesse processo de metropolização das cidades, com o distanciamento cada vez maior entre os centros de produção e os centros de consumo, as deficiências do sistema de abastecimento foram sendo realçadas à medida que o mesmo ia sendo mais exigido. Essa situação forçosamente teria que ser alvo de graves preocupações por parte das autoridades e técnicos governamentais. As continuas crises de abastecimento, a frequência das reclamações dos consumidores diante dos altos preços dos produtos e, por outro lado, as queixas dos agricultores pela baixa lucratividade de seus produtos, tornou evidente que a solução para os problemas de abastecimento nas grandes concentrações urbanas do país precisaria se revestir de características arrojadas e inovadoras. Foi assim que em 1967 o governo brasileiro, consciente da necessidade de modificar radicalmente o

panorama do setor, baseando-se nas experiências de outros países e no êxito que vinha alcançando o entreposto terminal paulista, considerou como objetivo prioritário a modernização do sistema nacional de abastecimento.

No conjunto de mecanismos elaborados sobressai o da instituição das Centrais de Abastecimento - CEASAs, as quais objetivavam constituir-se no principal polo de comercialização ao nível de atacado, em importantes regiões metropolitanas.

De acordo com o artigo MERCADO atacadista de produtos hortigranjeiros - modernização da estrutura (1974), várias providências antecederam a implantação deste novo equipamento de mercado, iniciando-se no Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968/1970. Após a definição dos objetivos das centrais de abastecimento e dos primeiros centros urbanos a serem beneficiados, seguiu-se a etapa de execução do programa, coordenado pelo Setor de Agricultura e Abastecimento do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) do citado Ministério, até novembro de 1969, quando esta função passou a ser exercida pelo Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento - GEMAB, criado nessa data. Para viabilizar a execução do programa foi necessária a ação conjunta da Financiadora de Estudos e projetos S.A. (FINEP), que se dispôs a financiar a elaboração dos projetos nos vários estados; do Banco Central, autorizando a aplicação de recursos dos acordos do trigo para financiamento parcial do programa; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) e de outros órgãos dos Ministérios da Agricultura, Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda.

Buscava-se, através da construção de infraestrutura física e em especial da modernização dos mercados centrais tradicionais de comercialização, a superação das inadequações das estruturas tradicionais de comercialização através da melhoria de alguns dos fatores que pareciam limitantes.

A quase totalidade das centrais de abastecimento foi construída no período de 1971 a 1974, sendo que as primeiras unidades começaram a funcionar progressivamente a partir de 1972, com exceção da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP em São Paulo, que é mais antiga. Em março de 1974 o Governo Federal inaugurou a décima oitava no Brasil, a CEASA - Grande Rio.

O Estado de São Paulo, que já contava com o entreposto terminal da capital, começa a sentir o problema do crescimento populacional de muitos de seus municípios devido ao acelerado processo de modernização da agricultura e da atração de mão de obra para as cidades. O abastecimento, centralizado na capital começou a apresentar problemas na eficiência da distribuição dos alimentos, com elevados custos de fretes.

Assim, em 1976 o governo lançou o Programa Estadual de Abastecimento, propondo a implantação de uma rede de unidades de comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros no interior do Estado, com o objetivo de melhor direcionar e conduzir o fluxo de produtos comercializados, e que facilitasse a troca de informações e os contatos comerciais entre os diversos agentes presentes no processo, onde quer que eles se localizassem.

Após o estabelecimento de diversos critérios pelo grupo de trabalho responsável pela implantação do programa, vários municípios paulistas foram selecionados para fazer parte da rede de entrepostos regionais no interior do Estado, entre eles o de Piracicaba.

Entretanto, apesar das expectativas, muitos foram os problemas que envolveram a implantação e a operacionalização da CEASA de Piracicaba, inaugurada em março de 1985. Passados cinco anos do início de suas atividades, a desorganização do sistema local de abastecimento, se é que se pode chamá-lo de "sistema", é evidente. Não há, entre o governo do Estado, responsável pela administração da CEASA, e o governo municipal, responsável pela administração dos varejões e feiras-livres, uma sintonia no tocante à política municipal de abastecimento. Enfim, não se consegue visualizar a CEASA de Piracicaba como um sistema regulador local e regional de abastecimento.

1.3 Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a política de mercados atacadistas representados pelas Centrais de Abastecimento procurando abranger alguns pontos considerados fundamentais para a compreensão e análise do problema.

Far-se-á inicialmente uma revisão histórica da ação do Estado na área de abastecimento, tanto a nível federal como a nível de Estado de São Paulo, com a especificação das

características principais do projeto de implantação das Centrais de Abastecimento (filosofia, conceitos e objetivos).

Em seguida, para avaliar se os objetivos foram alcançados após quase vinte anos de implantação da política, utilizar-se-á como estudo de caso a CEASA de Piracicaba, no Estado de São Paulo. Pretende-se analisar se a mesma está contribuindo para:

- a) reduzir os custos diretos de comercialização ao nível de atacado;
- b) reduzir os custos indiretos das organizações que atuam ao nível de atacado;
- c) melhorar a qualidade dos produtos ali comercializados;
- d) dinamizar, ampliar e difundir o sistema de informação de mercado;
- e) reduzir os custos de comercialização do comércio varejista;
- f) eliminar o problema urbanístico provocado pelas feiras livres e outros equipamentos tradicionais de mercado.

Nessa avaliação da CEASA de Piracicaba, pretende-se estudar aspectos das funções que a mesma desempenha na comercialização, aspectos de sua estrutura de mercado e analisar alguns produtos considerados de importância na comercialização e no consumo.

2. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA ÁREA DE ABASTECIMENTO

2.1 Aspectos institucionais

É fundamental uma análise crítica de como tem sido tratada historicamente a problemática do abastecimento urbano de produtos agrícolas no Brasil e tentar entender o porque da aparente ineficiência da ação do Estado.

MARQUES & AGUIAR (1989) definem a intervenção governamental na atividade econômica como sendo leis compreensivas, instruções, procedimentos e atenções que uma comissão impõe sobre um certo mercado. Esta comissão regulatória geralmente tem o poder estatutário para regular quase toda variável econômica de importância como preço, quantidade, segurança, qualidade, tamanho da firma, áreas de mercado, e até mesmo o direito de entrar e sair do mercado.

VEIGA (1979) coloca a questão da preocupação dos formuladores de política agrícola aplicada a uma economia de mercado no sentido de assegurar plena competitividade ao processo de comercialização em seus intercâmbios com o agricultor. Discute as razões pela qual o produtor rural, embora sendo responsável por expressiva parcela da produção agrícola brasileira, encontra sérias dificuldades em negociar sua produção sob condições competitivas.

Considera como principal função do governo em relação ao setor empresarial, fornecer pré-condições para que se gerem, e

se preservem, nos diferentes setores econômicos, sistemas e subsistemas de equilíbrio, com a característica adicional de promoverem, por sua dinâmica, a satisfação do consumidor.

BRANDT (1987) afirma que os principais fatores que afetam a produção, a comercialização e o consumo de produtos alimentícios básicos e que tendem a agravar o problema de abastecimento alimentar da população são: a) oferta insuficiente de produtos; b) distribuição ineficiente da produção obtida; e c) renda insuficiente dos consumidores, para aquisição dos alimentos que chegam ao mercado.

Destaca um elenco de medidas políticas sugeridas para expandir a oferta de alimentos, reduzir as deficiências do sistema de comercialização e expandir o consumo. Salienta a gravidade do abastecimento alimentar e as dificuldades da compatibilização da política de abastecimento com as metas fixadas da política macroeconômica.

COELHO (1987) discute os aspectos fundamentais diretamente ligados ao abastecimento na formulação de política de combate à inflação. Afirma que o desaparecimento de alguns produtos básicos, durante o período crítico de implantação do Plano Cruzado, demonstrou claramente a necessidade de haver uma política de abastecimento eficiente e bem articulada, como parte de um programa de combate à inflação.

Considera que, embora no contexto da inflação o abastecimento seja considerado um mecanismo subjacente, a sua importância é fundamental, por quatro motivos principais: a) a importância dos produtos de primeira necessidade na formação do índice inflacionário; b) existência de grandes flutuações

sazonais e cíclicas nos preços desses produtos; c) existência de um processo de comercialização altamente complexo e variado, onde convivem modelos de mercado que vão da concorrência perfeita ao monopólio puro; d) efeitos negativos que a falta de produtos básicos (ou elevação exagerada de seus preços) têm sobre o resto da economia.

Destaca que durante a crise no abastecimento verificada em 1986, ficou claramente demonstrado que, tanto a nível nacional, como a nível estadual, existe uma evidente falta de coordenação e integração entre os diversos órgãos que atuam nessa área, fazendo com que tanto a tomada de decisões como a execução das medidas, sejam excessivamente morosas e confusas.

Considera finalmente que, na formulação de uma política de combate à inflação, é importante considerar quatro aspectos fundamentais diretamente ligados ao abastecimento: a) a centralização das decisões e da coordenação do abastecimento, de forma a eliminar a superposição e o excesso de órgãos que atuam a nível federal; b) manutenção de uma política judiciosa de formação de estoques reguladores de produtos estratégicos; c) fortalecimento e melhoramento da infra-estrutura de armazenagem, transportes, classificação, etc, para permitir um fluxo eficiente de produtos entre a produção e o consumo; d) transferência, na medida do possível, para os governos estaduais, das responsabilidades na questão do abastecimento.

NASCIMENTO & CRUZ (1986) procuram demonstrar em seu trabalho o fato de, na discussão de uma nova política agrícola na Nova República, não estar destacada de forma explícita a intenção

de atribuir tratamento paritário aos produtos hortigranjeiros, em relação aos demais produtos de exportação e alimentação, não obstante sua atual representatividade na dieta alimentar. Os autores procuram dissecar os principais problemas enfrentados pelo setor hortigranjeiro, tanto no que diz respeito a comercialização, como no que se refere a sua interação com o campo político-social.

Ressaltam algumas recomendações à política setorial, sendo que, no tocante à modernização dos mercados, afirmam que deve ser estimulada a participação do setor privado no aperfeiçoamento dos processos de distribuição de produtos hortigranjeiros, inclusive na melhoria e expansão das centrais de abastecimento. Em relação a estas, enfatiza que a implantação de novos projetos dessas unidades deve ser mais rigorosa, no sentido de evitar ociosidade e proporcionar retorno mais rápido, em termos de benefícios sociais.

LINHARES & SILVA (1979) afirmam que o tratamento da questão do abastecimento pelo Estado, em todo período por eles estudado (1918-1974), levou à criação de uma parafernália de instituições e instrumentos, com atuação episódica, sem nunca conseguir formular medidas efetivas contra a atuação dos chamados "intermediários".

De acordo com o artigo ABASTECIMENTO - novos caminhos? (1974), a experiência brasileira de abastecimento tem sido caracterizada por grande diversidade de mecanismos e práticas de atuação, cujos resultados nem sempre parecem condizer com os objetivos e necessidades visados.

A análise de dados cronológicos de atos do poder

legislativo na área de abastecimento, fornecidos pelo Sistema de Informação do Congresso Nacional (1989), evidencia essa ação desordenada, movida muitas vezes por pressões de crises conjunturais. Através dessa análise pode-se identificar ensaios iniciais de políticas de abastecimento, em que este designava apenas a ação do Estado em momentos excepcionais, como guerras e quedas de produção, no sentido de garantir à população o mínimo de alimentos necessário para sua sobrevivência. Somente a partir da segunda guerra mundial se corporificam linhas de atuação, com o surgimento de órgãos específicos.

A partir da Carta Constitucional do Estado Novo, em decorrência das profundas modificações advindas da guerra e do grave estado de emergência econômica que se configurou, o Governo Federal passou a se interessar mais de perto pelo suprimento regular de utilidades indispensáveis à manutenção da população e a proibir a elevação exagerada dos preços dessas utilidades, passando então a configurar o abastecimento como ação permanente.

O Governo Vargas, apesar de manter extraordinário enfeixamento de poderes, pouco interveio na ordem econômica, inclusive no setor de abastecimento, com excessão das "Comissões de Abastecimento", do Ministério da Agricultura, que tiveram curta duração (Lei 1607/39 e Decreto 2449/40). Em relação à distribuição dos bens de produção, o governo apenas se limitou às restrições e racionamentos causados pela guerra. A preocupação restringia-se aos mecanismos de mobilização industrial e organização da produção, assim como nos de racionamento de produtos de largo consumo popular, como açúcar, carne bovina e

manteiga, visando compatibilizar as necessidades do mercado interno com as da exportação.

No período entre a queda do Estado Novo e a redemocratização do País, antes do advento da Constituição Liberal de 1946, foi promulgado o Decreto-Lei 9125 instituindo a primeira Comissão Central de Preços- CCP, a qual tinha como atribuição conter o início do processo inflacionário que passava a interferir e se integrar na nossa vida econômica.

O pós-guerra surge como o período em que se nota a tentativa da contenção inflacionária pelo racionamento e tabelamento de preços, pela punição das infrações de abusos econômicos e utilização, com variáveis graus de repressão, dos estatutos legais referentes aos chamados crimes contra a economia popular.

A legislação sobre incentivos à produção e ao abastecimento era incipiente, salvo no que tange a política de preços mínimos, restrita a poucos produtos e regiões, ao previsto no plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), de 1950, e às providências do Conselho Coordenador do Abastecimento.

As atividades do Plano SALTE no setor de alimentos abrangiam um investimento estatal e o financiamento à iniciativa privada, totalizando, a preços daquela época, Cr\$ 2,7 milhões dos quais apenas modesta fração, da ordem de 5%, chegou efetivamente a ser aplicada. Dos 27 programas inicialmente previstos, 16 não foram realizados.

Assim, apesar do agravamento das condições de abastecimento, especialmente nos grandes centros, devido ao forte crescimento populacional urbano, não houve nenhum indício sensível de planos para reduzir os desequilíbrios existentes, até

meados da década de 50 (fim da vigência do Plano SALTE).

O problema de armazenamento foi reexaminado pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico-CMBE, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE e pela Comissão Executiva de Armazéns e Silos-CEAS, resultando na formulação do Plano da Rede Nacional de Armazéns e Silos - Plano RENAS.

Na década de 50, além das atividades federais e de cooperativas regionais no domínio da armazenagem e silagem, diversos Estados constituíram suas companhias de armazéns e silos, como a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo-CAGESP (mais tarde denominada Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo- CEAGESP).

Dessa época em diante houve nitido incremento das intervenções estatais na esfera de abastecimento. Em dezembro de 1951 as CCP foram substituídas pela COFAP-Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Lei 1522/51), com suas auxiliares estaduais, as Comissões de Abastecimento e Preços-COAPs e municipais, Comissões Municipais de Abastecimento e Preços-COMAPs. Fixava-se e incorporava-se definitivamente na vida do país um órgão de execução de Política de Abastecimento, tendo como objetivo fundamental a contenção da espiral inflacionária. A COFAP possuía atribuições muito mais amplas e drásticas que a CCP, com intervenção direta no mercado, comprando, desapropriando, importando, estocando, distribuindo, controlando e vendendo gêneros - enfim, configurando a intervenção cabal do Estado no problema de abastecimento.

O Programa de Metas-1956/1960 objetivou a aceleração do processo de industrialização e, em consequência, a maior oferta de novos empregos urbanos, acentuando a gravidade dos problemas de abastecimento das principais cidades brasileiras. No entanto, a situação não chegou a ser crítica, em virtude de grandes investimentos na implantação e pavimentação de rodovias, indústria automobilística e de máquinas e tratores, construção naval, estradas, armazéns, silos, etc. O programa salientou, por sua relação direta com o abastecimento, as metas referentes a transportes e terminais, armazéns frigoríficos, fertilizantes, mecânica pesada e educação (pessoal técnico).

Nesse mesmo período, o Conselho Coordenador do Abastecimento elaborou o documento intitulado "Plano Nacional de Abastecimento", cujo objetivo básico era a regularização do abastecimento nos grandes centros urbanos. Entretanto, isto não se efetivou porque o caráter consultivo do CCA restringiu-lhe a capacidade de atuar na implantação do Plano, o qual necessitava da integração de diversos órgãos e entidades ligados à produção, transporte e produção de alimentos.

A década de 60 evidenciou o crescente interesse para a organização do abastecimento.

Entre maio e junho de 1961 são realizados, sob patrocínio da COFAP, e por determinação da Presidência da República, Encontros Regionais de Abastecimento em dez centros relevantes para a dinâmica do abastecimento no País: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia e Rio de Janeiro.

Em julho do mesmo ano, através da sistematização e

desenvolvimento do conjunto de conclusões e recomendações provenientes dos mais de mil documentos, oficiais e privados, apresentados nos Encontros Regionais, a COFAP retoma a elaboração do Plano Nacional de Abastecimento. Um ano após, em agosto de 1962, o Governo procurou, dentre as medidas de emergência a serem implantadas a curto prazo, solucionar o problema da desorganização dos grandes centros urbanos. Foi enfatizada a necessidade de armar o poder público de instrumentos estruturais e funcionais que lhe permitissem dinamizar e regularizar as atividades de abastecimento de produtos essenciais, dentro de limites razoáveis, e interferir, com eficiência e oportunidade, nos períodos em que o abastecimento sofresse perturbações em razão de crises de produção ou de distorções dos mecanismos de comercialização.

Mediante um conjunto de leis delegadas, foi substancialmente modificado o sistema orgânico federal de abastecimento. Foi extinta a rede das COFAPs (federais), COAPs (estaduais), COMAPs (municipais) e criado o sistema SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços), COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação), CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento) e CFP (Companhia de Financiamento da Produção). O sistema constitui a triplíce aliança que passa a enfeixar, em si, a política de abastecimento.

Através da criação da SUNAB, com a função de elaborar e promover a execução do Plano Nacional de Abastecimento de Produtos Essenciais, o qual deveria servir como instrumento à política de crédito e fomento à produção, surge uma política mais

ampla e racional de abastecimento.

A COBAL, calcada em modelo de inspiração mexicana, constitui, do ponto de vista jurídico, uma sociedade anônima, que mais do que original, é sem precedente no direito brasileiro, uma vez que funciona com um acionista único - o Governo da União - porém adotando a sistemática de uma autêntica sociedade de capitais por ações, com estatuto próprio.

A CIBRAZEM cabe a importantíssima e estratégica tarefa de realizar a estocagem de gêneros alimentícios.

O papel da CFP é destacado, podendo ela, através das agências do Banco do Brasil, desde que foi transformada em autarquia, emitir as chamadas "promissórias rurais", que são o financiamento direto da produção de gêneros alimentícios.

O Ministro da Agricultura passa a ter a atribuição, até posterior formulação, de responsabilidade pela Política Nacional de Abastecimento e pela sua execução. A SUNAB fica vinculada ao Ministério da Agricultura e é criada, para coordenar a execução da Política de Abastecimento, uma comissão de nível ministerial, presidida pelo Ministro da Agricultura e integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, dos Transportes, da Indústria e Comércio, do Interior e do Banco do Brasil, além do superintendente da SUNAB (Secretaria do Abastecimento de São Paulo, 1967).

O Programa de Ação Econômica do Governo-PAEG (1964-1966) incorporou, no campo da programação setorial-regional, o desdobramento daquelas medidas ligadas ao abastecimento.

Em 1968 foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento-PED (1968-1970), o qual, nas áreas estratégicas I

e II -Agricultura e Abastecimento - previa, além das relativas à agricultura, quatro metas de abastecimento abrangendo projeto, conclusão ou construção e início de operação de oito Centrais de Abastecimento, cinco mercados terminais, 45 mercados regionais e 600 supermercados. Dessas Centrais de Abastecimento, apenas a de São Paulo estava implantada em 1970.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND, para o período de 1972 à 1974, adotando como estratégia o desenvolvimento agrícola orientado para a conquista de capacidade competitiva e destinado a permitir um crescimento anual acima de 7%, coloca como item fundamental a modernização das estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícola, através de:

- a) criação de estruturas especializadas de transporte ("corredores de transporte"), associadas à modernização dos principais portos;
- b) programa de crédito aos produtores rurais para ampliar a capacidade de estocagem ao nível das fazendas;
- c) financiamento ao setor privado para expandir a armazenagem intermediária;
- d) instalação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (com o número ampliado de 8 para 15);
- e) expansão, nos principais centros urbanos, das redes de supermercados e outros sistemas de auto-serviço.

2.2 A Política de Centrais de Abastecimento

2.2.1 Objetivos

Basicamente, os objetivos traçados pelo governo federal na implantação das Centrais de Abastecimento são :

1) reduzir os custos diretos de comercialização ao nível de atacado, ou seja, diminuir os custos decorrentes de perdas físicas e de valor, embalagem, mão de obra direta e fretes;

2) reduzir os custos indiretos das organizações que operam no mercado atacadista de distribuição de gêneros alimentícios, ou seja, propiciar condições para que ocorram economias de escala;

3) oferecer os meios necessários para o melhoramento da qualidade dos produtos alimentícios e intensificar os serviços de classificação e padronização dos mesmos;

4) propiciar condições para a dinamização, ampliação e difusão do sistema de informação de mercados agrícolas;

5) reduzir os custos de comercialização do comércio varejista de gêneros alimentícios e estimular de maneira bem ampla a implantação de supermercados, auto-serviços e mercados satélites;

6) reduzir as flutuações de oferta de produtos agrícolas;

7) aperfeiçoar os mecanismos de formação de preços e elevar o nível de renda dos empresários agrícolas;

8) eliminar gradativamente os problemas urbanísticos, principalmente de trânsito e das condições higiênico-sanitárias, decorrente do sistema de feiras livres.

A moderna conceituação de um sistema de abastecimento de gêneros alimentícios para grandes centros populacionais consi-

dera as Centrais de Abastecimento como sendo compostas por um conjunto de modernas instalações adequadas ao desempenho das atividades dos produtores, diretamente ou por meio de suas cooperativas, dos atacadistas e dos varejistas, dotado de mecanismos eficientes de informação de mercado, sobretudo cotações atuais dos produtos, bem como de normas operacionais que orientem os usuários quanto à adoção de métodos racionais de padronização, classificação, embalagem e movimentação das mercadorias manipuladas, de modo a possibilitar a modernização de todos os segmentos que formam o processo de comercialização (DAEMON et alii, 1977).

Atuando como mecanismo disciplinador e regulador de oferta, uma Central não deve ser inserida artificialmente no contexto de um sistema de abastecimento, pois sua implantação não é determinante mas sim decorrência das estruturas de comercialização existentes.

Para alcançar seus objetivos e proporcionar os benefícios esperados, deve ser localizada e dimensionada em função de uma série de estudos e respectivas análises dos fatores de produção e consumo. Isto no sentido de regularização da oferta e da procura, da escolha das instalações de acordo com as especificações e os volumes dos produtos a serem comercializados ou estocados, da organização do mercado, das características urbanas das áreas a serem atendidas, etc.

Estas medidas têm como objetivo comum modernizar e racionalizar o processo de comercialização de gêneros alimentícios e de carrear para a população as vantagens

decorrentes, traduzidas, em última instância, na estabilização dos preços e na melhoria da qualidade dos produtos ofertados.

A área geográfica de uma Central de Abastecimento, sendo relativamente restrita, permite ao comprador a livre escolha entre grande número de vendedores de uma mesma mercadoria, num período relativamente curto. Consequentemente, a decisão da operação de compra fica baseada nos critérios de preço e qualidade. Tal fato, de acordo com a política, tenderá a eliminar a oferta de produtos marginais e forçará o produtor a apresentar produtos de melhor qualidade ou o impedirá de negociar suas mercadorias se as mesmas não satisfizerem um mínimo exigido pelos setores governamentais de fiscalização e controle.

2.2.2. Estado de São Paulo: o precursor da modernização.

A necessidade da instalação de uma central de abastecimento na capital do Estado de São Paulo surgiu basicamente do fato de que o antigo mercado municipal da Cantareira, inaugurado em 1933, quando a população da cidade estava em redor de 985.000 pessoas, tornara-se obsoleto, mesmo com as expansões da área em suas imediações. Ao lado de um virtual benefício de sua localização na zona central da cidade, foram levados em conta os inúmeros prejuízos que essa localização causava à sua crescente população, sobretudo os relativos ao congestionamento de trânsito, à exiguidade de condições de higiene e às enchentes do rio Tamanduateí, que assolavam aquela

região.

O agravamento das circunstâncias citadas impôs a necessidade de dotar a cidade de São Paulo de um mercado atacadista, que acompanhasse seu progresso (SUCKOW, 1977).

O governo do Estado tomou as providências para que fossem iniciados os estudos para a construção do novo mercado, cuja localização seria desvinculada da zona central da cidade.

Em 1954, foi criada a Comissão Mista de Abastecimento, Estadual e Municipal, a qual realizou diversos estudos de abastecimento por grupo de produtos. Esses trabalhos, encaminhados ao antigo Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura - DEMA, deram origem ao primeiro projeto da Central, o qual foi reformulado na época de constituição da CEASA. Foram enviados técnicos ao exterior para efetuar estudos junto aos mercados atacadistas e solicitada a colaboração da F.A.O., que através de seus técnicos, no período de 1960-1964, elaboraram conjuntamente planos de organização de um mercado atacadista em São Paulo, acompanhando inclusive a sua implantação parcial.

As obras, iniciadas em 1959, foram concluídas em março de 1966, transferindo-se a comercialização dos produtos hortigranjeiros e de pescado para o novo mercado.

No final da década de 70, quando o governo federal finalizava ao programa de implantação das centrais de abastecimento nas capitais dos Estados, o governo do Estado de São Paulo passava para uma nova etapa em seu programa de abastecimento, agora buscando descentralizar o entreposto terminal da capital.

O acelerado processo de modernização da agricultura

paulista reproduzira de forma intensa o processo de êxodo rural e a consequente metropolização de muitos municípios do interior do Estado.

A comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros continuava centralizada na capital do Estado, no Entrepasto Terminal de São Paulo - E.T.S.P., inaugurado em 1966, enquanto funcionavam, em condições precárias, estruturas de comercialização atacadista em diversos municípios do interior.

Desta forma, em 1976, o governo lançou o Programa Estadual de Abastecimento, tendo como principais causas determinantes de sua criação:

- a) acelerado êxodo rural e o consequente fenômeno de metropolização de algumas cidades do interior;
- c) turismo de mercadorias, elevando sobremaneira o custo final do produto;
- d) necessidade de descentralização do Entrepasto Terminal de São Paulo;
- e) inexistência de mercados organizados; e
- f) necessidade de fomento à produção olerícola.

O programa teve como objetivo a implantação de uma rede de entrepostos regionais no interior visando organizar a distribuição de produtos hortigranjeiros em diversas regiões do Estado, dotando-as de infraestrutura especializada em abastecimento; fortalecer os núcleos de produção de hortigranjeiros ordenando a comercialização regional; implantar e divulgar preços e informações de mercado constituindo um sistema estadual e integrando-o à sistemática nacional; desenvolver

padrões de peso e embalagem e padrões de qualidade com o objetivo de desenvolver um programa de classificação dos produtos hortigranjeiros em consonância com o Ministério da Agricultura ou órgão por ele delegado.

O governo instituiu um grupo de trabalho para definir as diretrizes de implantação do Sistema Estadual de Abastecimento e, de acordo com seus estudos, foi estabelecida como prioridade a construção de quatro entrepostos regionais nos municípios de Ribeirão Preto, Sorocaba, Bauru e São José do Rio Preto.

Prevvia-se também a possibilidade de instalar equipamentos semelhantes, porém menores, em outras cidades, de modo a adensar a malha atacadista no interior do Estado.

Foram levantados dados que permitissem detectar as necessidades das várias regiões em relação às Centrais de Abastecimento. Para esse levantamento inicial foram pré-fixados critérios para seleção dos municípios.

Considerou-se que os municípios teriam influência, no que diz respeito à comercialização de hortigranjeiros no atacado, até um raio de 80 km. Os critérios de seleção, baseados nos trabalhos realizados pela CEAGESP em outubro de 1977, foram os seguintes, em ordem de prioridade:

a) cobrir inicialmente todas as regiões administrativas do Estado. Algumas dessas regiões já estavam sendo atendidas com centrais (Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba e São José do Rio Preto), enquanto Campinas já contava com uma grande Central de Abastecimento, construída pelo governo federal.

Os levantamentos foram então realizados nas sedes administrativas que ainda não contavam com infraestrutura de comercialização: Santos, São José dos Campos, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba;

b) estudar, em segundo lugar, os municípios-sede das sub-regiões administrativas, segundo sua densidade populacional e que estivessem fora da área de influência (80 km) das respectivas sedes. Foram estudados os municípios de Franca, Itapeva, Ourinhos e Botucatu, obtendo-se resultados insatisfatórios. Tomou-se então aleatoriamente os municípios de Fernandópolis, Votuporanga, Jales e Avaré, sem se utilizar o critério de densidade populacional, com resultados negativos;

c) finalmente, resolveu-se levantar os dados relativos às sedes de sub-regiões administrativas que, embora na área de influência de municípios com centrais, apresentassem população e estrutura atacadista que já condicionassem grande movimento no comércio dos produtos hortigranjeiros. Assim, estudaram-se os municípios de Piracicaba e Taubaté.

De acordo com os critérios estabelecidos concluiu-se pela viabilidade, além dos quatro iniciais, dos municípios de Araçatuba, Araraquara, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente e São José dos Campos, ficando implantada a rede de doze entrepostos regionais, mostrada na figura 1.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Políticas de modernização do abastecimento

JUNQUEIRA et alii (1971) estudaram a experiência da instalação do Entrepasto Terminal de São Paulo. Partindo do histórico da sua criação, analisaram suas características gerais e descreveram os diferentes tipos de instalação para comercialização, especificando a função de cada uma delas dentro da sua estrutura. Fizeram uma análise a respeito da posição do entreposto face ao papel que deve ter no abastecimento de uma área metropolitana.

Tendo como pressuposto que as centrais de abastecimento devem ter algumas características que atestem sua função social e econômica, no contexto do abastecimento, abordaram alguns pontos que são de interesse para sua formulação e implantação: localização, operações predominantes no atacado, dimensionamento, concepção das edificações, serviços correlatos, etc. Abordam também as características econômicas como formação de preço e aumento da eficiência econômica das empresas.

Os autores concluem que a experiência do E.T.S.P. mostra que a posição de um centro de abastecimento, como pólo influenciador da melhoria do sistema de comercialização, é de capital importância.

A comercialização ao nível do atacado permite o acompanhamento do abastecimento e tomar medidas para adaptá-lo às

necessidades de modernização do sistema econômico.

O Banco Nacional de Desenvolvimento, através da Divisão de Avaliação de Programas-DIAP promoveu, em 1974, a avaliação do Programa de Centrais de Abastecimento. Foi a primeira avaliação de vulto da instituição e apresentou inúmeras repercussões sobre as demais áreas do BNDE (BNDE/DIAP, 1974).

Infelizmente, ocorreram naquela avaliação uma série de incorreções e indefinições metodológicas, decorrentes de dois fatores básicos: a insuficiente experiência da equipe e a exiguidade do tempo para conclusão dos estudos (um mês). Entretanto, o estudo demonstra sua validade ao apontar as deficiências e méritos das Centrais de Abastecimento, principalmente os desvios ocorridos em relação aos projetos iniciais. O grande mérito do trabalho foi trazer à discussão o tema que, aparentemente, apresentava ainda diversos pontos questionáveis.

O estudo foi calcado em informações colhidas pelo próprio BNDE (valor dos financiamentos, inadimplências, dados de projetos, objetivos do programa, etc.), retiradas da leitura dos projetos apresentados ao Banco e de relatórios de análise e de pesquisas diretas junto às CEASAs. Neste caso, foram entrevistadas suas diretorias e os atacadistas e cooperativas que se utilizavam das instalações das centrais para a realização das atividades comerciais.

Foram aplicados questionários nas CEASAs de Porto Alegre, Aracaju, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte, representando mais de 80% das centrais em operação. A análise dos projetos apresentados permitiu que a equipe se

inteirasse do problema. A comparação dos benefícios esperados com a implantação das centrais de abastecimento com aqueles realmente alcançados permitiu a averiguação dos impactos sócio-econômicos desta nova sistemática de comercialização de hortifrutigranjeiros.

As conclusões tiveram um forte impacto, pois o Programa CEASAs encontrava-se em ritmo acelerado no Banco, assumindo um significado que certamente não alcançaria caso o sistema de abastecimento já estivesse devidamente implantado. O choque provocado nos responsáveis pela implantação do programa foi bastante forte, porque poucos dos benefícios apontados nos projetos foram efetivamente comprovados, cabendo a ressalva de que o sistema talvez ainda estivesse em fase de maturação, estando assim em momento inoportuno para ser devidamente avaliado.

BARROS & XAVIER (1979) avaliam, a diferentes graus de profundidade, os efeitos que o setor de comercialização exerce sobre preços, rendas e abastecimento de alimentos para o mercado interno, mediante análise de um modelo teórico envolvendo o setor de comercialização.

Analizam também, para as mesmas variáveis, os impactos de algumas políticas voltadas para o setor de comercialização, afirmando que há um certo consenso de que medidas políticas que atenuem as oscilações de preço, rendas e abastecimento seriam desejáveis, nas suposições de que aumentassem a eficiência econômica e o bem-estar da população.

Enfatizam que o mecanismo de formação e determinação

de preços e produção opera sob a dependência de uma superestrutura institucional, a qual é dada, principalmente, pelo grau de competitividade do mercado e pelo grau de intervenção do governo no mesmo. Essa superestrutura condiciona um mecanismo de transmissão de preços do consumo ao produtor (e vice-versa), através do setor de intermediação. Esse mecanismo reflete, ao mesmo tempo, o grau de apropriação (margem) por parte dos intermediários, do dispêndio do consumidor, afetando, assim, diretamente, a renda agrícola e o abastecimento. Assim sendo, a influência do setor de comercialização sobre preços, rendas e abastecimento deve considerar, explicitamente, o aspecto institucional, isto é, a estrutura de mercado e o papel desempenhado pela intervenção governamental.

Em relação ao modelo analítico, concluem, entre outras, que o efeito mais perverso da ausência de competição é o de aumentar substancialmente a parcela de dispêndio do consumidor apropriada pelos intermediários, na medida em que deprime substancialmente a renda dos agricultores, reduz os níveis de abastecimento e eleva os preços aos consumidores.

VERGOLINO (1980) apresenta conclusões importantes sobre as inter-relações entre renda, urbanização e consumo de alimentos. Ele tece considerações a respeito da problemática do abastecimento alimentar na região metropolitana do Recife, utilizando-se de dados contidos em inúmeras pesquisas do gênero. Conclui que foi significativa a atuação do Governo Federal, ao longo da década de 70, no setor de distribuição de alimentos a nível urbano e rural, no nordeste, destacando-se a construção das Centrais de Abastecimento e de Mercados de Produtores. Dado o

acerto de tal política, sugere a ampliação do número de mercados de produtores, principalmente em áreas produtoras de cereais.

LOPES(1985) afirma que, ao não se dispor de um projeto nacional de estruturação e desenvolvimento do setor de intermediação comercial na agricultura, torna-se necessário avaliar toda a experiência do passado e analisar as políticas adotadas no setor de abastecimento, buscando-se soluções, tanto quanto possível, definitivas para estruturar o setor de intermediação no Brasil e mecanismos privados e públicos de transferência de riscos em níveis pelo menos compatíveis com a importância que a agricultura desfruta no país.

Faz uma revisão sumária das políticas de intervenção do governo na comercialização, nas décadas de 50, 60 e 70. A seguir, discute a intervenção do governo na comercialização dentro de um contexto teórico da administração do risco na agricultura, seus mecanismos, suas políticas e instituições como formas de redistribuição dos riscos de mercado. Finalmente, discute algumas questões fundamentais ligadas à existência de um modelo de intermediação na agricultura brasileira, à interferência do governo como fonte de risco institucional, à possibilidade real de substituição do setor privado pelo governo, à eliminação do preço como fator de racionamento da oferta nos tabelamentos e à política de estoques.

COELHO(1980) aponta, em termos de modernização e indução de tecnologia, quatro pontos básicos que podem ser colocados em termos de política: a) quais os mecanismos que devem ser acionados para acelerar a substituição das velhas estruturas

de comercialização por novas; b) como compatibilizar a crescente concentração que acompanha a utilização de novas tecnologias e métodos de comercialização com a necessidade de manter um razoável nível de competição; c) como tirar o máximo de vantagem do setor de comercialização, como setor dinâmico da economia, no que se refere à indução de tecnologia no setor produtivo; d) como repartir de forma mais equitativa os ganhos da modernização entre os consumidores.

Para acelerar a substituição das antigas estruturas de comercialização, considera mais lógico levar-se em conta que um esquema moderno de comercialização não implica necessariamente na instalação de equipamentos luxuosos, sofisticados e superdimensionados, cujo funcionamento só é compatível com o uso do automóvel. Afirma que modernização implica em ter-se preços mais baixos e melhores serviços.

Para buscar compatibilizar a crescente concentração com a necessidade de manter um razoável nível de competição, considera que o objetivo prioritário deve ser o de desenvolver rapidamente o sistema de comercialização, e que as mudanças na estrutura da indústria devem ser vistas, primeiramente, em termos do impacto positivo na destruição das velhas organizações ineficientes e na sua substituição por organizações mais eficientes que ofereçam preços mais baixos, melhores serviços, produtos de melhor qualidade, estabilidade no fornecimento, etc.

COBAL (1985) elaborou documento para servir de base à discussão e definição das diretrizes para uma política institucional de abastecimento alimentar. O documento parte inicialmente de uma breve avaliação dos fenômenos socio-

econômicos e políticos que conformam e condicionam o atual quadro de abastecimento alimentar e em seguida traça uma análise crítica dos programas e políticas governamentais mais recentes no tocante à produção e distribuição de alimentos. Finalmente, são esboçadas as diretrizes que nortearão a atuação institucional da Nova República.

3.2. Estrutura de mercado

DAEMON et alii (1977) apresentam modelos de alguns projetos que normalmente participam na composição da estrutura física de comercialização. Apresentam, pormenorizadamente, projetos de mercados concentradores regionais, de mercados terminais e de armazéns e silos, com as metodologias de elaboração correspondente, as pesquisas de mercados imprescindíveis, os trabalhos técnicos exigidos e as análises econômico-financeiras relativas a cada uma delas. Como fecho, são dados exemplos de utilização dos resultados da análise quantitativa, através de projetos específicos visando à modernização da estrutura física de comercialização e que podem servir de modelo para outros projetos de maiores ou menores dimensões.

FELDENS (1979), analisa a natureza dos mercados agrícolas, a função dos canais de comercialização e seu significado, e a influência da estrutura de mercado na fixação dos preços ao nível de consumidor.

A estrutura de mercado existente nos canais de comercialização e a demanda inelástica dos produtos agrícolas são apontadas como as características provavelmente mais importantes que irão determinar a grande diferença entre os preços pagos pelos consumidores e os preços recebidos pelos produtores agrícolas. A estrutura de mercado oligopsônio-oligopólio predominante nos canais de comercialização é, segundo o autor, talvez a razão mais lógica para explicar tal diferença. A estrutura de mercado mencionada refere-se ao número de membros existentes nos canais de comercialização em cada estágio e ao volume comercializado por cada membro.

HOLANDA FILHO (1983) objetiva contribuir para o melhor conhecimento de alguns dos principais aspectos da estrutura industrial brasileira, por meio da estimativa dos indicadores relacionados com a concentração e a diversificação. Faz uma revisão bibliográfica da abordagem de diversas escolas econômicas sobre aspectos teóricos da concentração e diversificação industrial. De um lado, revisa as obras de autores que, por meio de análise dinâmica, procuram explicar a formação de estruturas industriais concentradas e diversificadas; de outro, revisa a linha de pesquisas que, a partir de aspectos da estrutura industrial, procuram explicar o desempenho das empresas e setores. Apresenta uma exposição dos aspectos de estrutura industrial, vistos sob a perspectiva de uma análise num corte temporal e discute, detalhadamente, os diversos indicadores a serem estimados no trabalho, entre eles o Índice de Concentração Econômica, o Índice de Gini e o Índice de Herfindahl.

COUTO (1984) recorreu ao referencial de teoria da estrutura, conduta e desempenho de mercado para caracterizar o mercado de milho. Tais conceitos de análise estrutural, desenvolvidos originalmente para analisar o desempenho de setores industriais, tem sido utilizados no exame do desempenho do mercado agrícola. O autor utiliza estatísticas primárias levantadas através de pesquisa de campo, em dezessete municípios da área selecionada. A amostra, constituída de 750 produtores entre parceiros e proprietários, foi estratificada de acordo com o tamanho da área. Com vistas ao exame da eficiência de preços na comercialização, o autor considerou a influência de variáveis de estrutura de mercado, bem como a de variáveis relacionadas com as dimensões do tempo e espaço. A técnica estatística foi a regressão linear múltipla, e a estimação dos parâmetros de regressão foi feita pelo método dos mínimos quadrados ordinários.

ZAGATTO et alii (1985) examinam a estrutura de beneficiamento de algodão, face a evolução da produção da matéria prima. Para a análise do grau de concentração, os autores utilizaram diversos métodos: índice de Herfindahl, variância de logaritmos, índice de Gini, a parcela da produção detida pelas 4 maiores firmas, idem pelas 10 maiores firmas e o número de firmas necessário para beneficiar 75% da produção. Tais indicadores evidenciaram que o setor de beneficiamento de algodão no Paraná na década de 80 está mais concentrado que nos anos iniciais da década de 70 .

3.3 Preços / Produtos

FIALLOS(1981) estuda a demanda e margens de comercialização e a elasticidade de transmissão de preço do tomate envarado. O material estatístico consistiu de séries temporais mensais de quantidades e preços de tomate, preços de outros importantes produtos hortigranjeiros a nível de atacado, renda e preço de tomate a nível de varejo, obtidos em diversas fontes. Para análise das margens e da elasticidade de transmissão de preço, foram utilizadas três formas alternativas: a função linear, a bilogaritmica e a quadrática. Para o estudo das margens de comercialização do varejista, a função que obteve os melhores resultados foi a bilogaritmica, verificando-se que essa margem tem um componente relacionado ao preço do atacado e outro independente dele. Conclui que a margem de comercialização do tomate aumentará em 5% quando a quantidade ofertada aumentar em 10%. Com relação à elasticidade de transmissão de preço, conclui que a mudança relativa no preço do varejo será menor que no preço do atacado.

BARROS (1988) apresenta um modelo teórico de transmissão de preços entre os níveis de produção, atacado e varejo. Ele admite que os preços no varejo e no nível de produtor sejam ajustados parcialmente após a determinação do preço no atacado. Os dados utilizados foram coletados na CEAGESP-SP e referem-se a quatro produtos hortifrutícolas ali comercializados. Os resultados apoiam a hipótese de que o atacado tende a liderar os demais níveis de mercado por ocasião da variação de preço. Estes são repassados menos do que proporcionalmente ao consumo e mais ou menos ao produtor.

4. METODOLOGIA

4.1 Modelo conceitual de análise

Estudar a comercialização de produtos agrícolas envolve descrever a realidade, procurando analisá-la e entendê-la. De acordo com o que julgamos ideal, explicitamos nossos objetivos e formulamos a seguir um plano para aproximar a realidade dos nossos objetivos (MARQUES & AGUIAR, 1989).

Para STEELE e outros (1971), uma boa descrição da organização e da operação do sistema de mercado é essencial ao processo, uma vez que seu papel é situar o estudo propriamente dito dentro de uma perspectiva global, possibilitando a exploração dos resultados específicos em maior profundidade.

Os estudos descritivos da comercialização podem ser de grande utilidade:

- a) na orientação de políticas mais gerais;
- b) na orientação de pesquisas mais específicas identificando os problemas ou áreas mais relevantes;
- c) na avaliação, interpretação e exploração dos próprios resultados e sugestões das pesquisas específicas.

Os três métodos de análise do processo de comercialização a serem vistos a seguir são: métodos funcional, estrutural e dos produtos ou mercadorias.

4.1.1 Método funcional

O método funcional dá ênfase às funções desempenhadas pelo agentes no processo de comercialização, as quais podem ser classificadas em três grupos gerais:

- a) Função de Troca : compra e venda.
- b) Funções Físicas: armazenamento, transporte e padronização.
- c) Funções Auxiliares: financiamento, responsabilidade dos riscos e informação de mercado.

A função de troca constitui uma parte importante da economia e do processo de comercialização, e é caracterizada pela existência de um preço e pela transferência de posse do produto.

As funções físicas de transporte e armazenamento são desempenhadas para resolver o problema de "quando" e "onde" comercializar.

O armazenamento, como função, tem a responsabilidade de distribuir o produto através do tempo. Muitos produtos agrícolas são produzidos apenas uma vez por ano, mas são consumidos o ano todo, devendo portanto ser guardados de alguma forma, seja em armazéns e silos (milho, arroz) ou beneficiados e enlatados (frutas e verduras).

A função de transporte só não é considerada quando o produto é consumido na própria propriedade e sua importância é fundamental para o processo de comercialização, o que justifica a ênfase dada à construção de estradas e ferrovias pelos governos.

A padronização facilita a comercialização à distância, a comunicação de informação de preços em função da classificação do produto.

As funções auxiliares ou simplificadoras têm formas muito diversas :

- a função de financiamento é importante sempre que o produto não é comercializado imediatamente após a colheita;

- a responsabilidade pelo risco está ligada às possibilidades de perdas. Há as perdas do tipo físico, (fogo, insetos, ratos, chuvas, etc) ou os riscos do mercado (o preço pode subir ou descer). Muitas vezes o proprietário aceita o risco para si mesmo, mas ele pode transferir o risco a outros, por intermédio de seguros ou operações de mercado futuro;

- a função de informação de mercado da comercialização está associada ao fato do mercado ser um meio de comunicação e informação, comunicação principalmente de informação de mudanças na oferta e procura, através do mecanismo de preço.

Estas oito funções devem ser cumpridas pelo processo de comercialização. Algumas se repetem várias vezes durante o fluxo da produção pelo canal de comercialização, outras ocorrem apenas uma vez.

Trabalhos que utilizam este enfoque dividem as empresas de acordo com as funções desempenhadas; eles consideram o trabalho que precisa ser feito e não a agência envolvida (MARQUES & ROLIM, 1989).

O método pode ser usado:

- 1) para avaliar os custos de comercialização a níveis diferentes. Muitas vezes o custo ao nível de varejo é considerado muito maior do que o custo ao nível de atacado, porém a análise das funções desempenhadas em cada nível pode demonstrar que isto se justifica pelo número maior de funções que o varejista

desempenha;

2) para comparar custos de comercialização, para produtos diferentes, como por exemplo ovos e farinha de trigo ;

3) para identificar os pontos fracos de uma firma, através da análise das suas funções e dos custos associados a estas funções;

4) para avaliar mudanças no processo de comercialização: podem-se prever as funções que devem ser desempenhadas quando se está pensando em mudança no processo de comercialização. Possivelmente podem-se eliminar instituições, mas alguém deverá realizar a função exercida anteriormente por ela.

4.1.2 Método estrutural

Os sistemas de comercialização, de acordo com o seu desenvolvimento através do tempo, podem ser classificados pelo menos em quatro tipos distintos: comercialização ao nível de pequenas povoações, comercialização organizada, comercialização cooperativa e intervenção estatal (SARAN, 1973).

O sistema de comercialização ao nível de pequenas povoações, típico de economias com baixos níveis de produção agrícola e de agricultura de subsistência, é caracterizado por uma quase que ausência de infraestrutura necessária para a comercialização adequada dos produtos agrícolas.

As principais razões pelas quais a maioria dos produtores rurais é forçada a vender seus produtos nos mercados

das povoações imediatamente após a colheita são: baixo nível de produção comercializável, obrigações prévias do produtor com comerciantes, ausência de facilidades de armazenamento e ausência de consciência de mercado. A hipoteca da colheita com o comerciante antes da colheita é um fator comum. Não há muita concorrência entre os compradores, o número de comerciantes tanto fora como dentro da povoação é pequeno. A liberdade do produtor tomar decisões com relação ao local, modo, tempo e método de como dispor da sua produção é restrita e, em muitos casos, totalmente ausente. Este sistema não estimula o aumento de produção.

A transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial faz com que ocorram aumentos rápidos na produção agrícola, gerando excedentes comercializáveis e o aparecimento de novos produtos agrícolas devido à diversificação da produção. Isto estimula fortemente a evolução de novos métodos de comercialização e de formas de organização como estabelecimento de mercados na vizinhança de áreas rurais, o fornecimento de armazenamento adequado, transporte e facilidade de classificação e uma regularização da prática de comércio.

Em contraste com os mercados monopsonístico de pequenas povoações, os mercados organizados por atacado são mais competitivos por natureza, pois o número de compradores operando é grande, e tanto vendedores como compradores estão muito mais informados sobre a situação do mercado. A proporção a que estes mercados podem realmente ser competitivos entre si depende também de inúmeros outros fatores como grau de concentração de comércio

nas mãos de algumas organizações grandes, barreiras à entrada de novas firmas, etc.

A fim de fornecer uma melhor compreensão do funcionamento dos mercados agrícolas, há necessidade de conduzir estudos compreensivos sobre a estrutura, conduta e desempenho dos mercados agrícolas. Tais estudos indicariam linhas pelas quais modificações poderiam ser introduzidas em diferentes países.

O Método Estrutural parte do pressuposto de que a estrutura do mercado influencia a conduta das empresas e esta, o comportamento ou eficiência das mesmas.

O uso original deste método foi o estudo de competição nas indústrias não agro-pecuárias, como a indústria de cigarros.

O termo estrutura tem muitos sentidos no vocabulário dos economistas agrícolas, como por exemplo estrutura de canais do mercado, estrutura de modelo econométrico, etc. Estas formas não devem ser confundidas com o uso especial de estrutura em análise estrutural de mercado.

Neste caso "estrutura" significa as características da organização que determinam as relações de vendedores entre si, no mercado, dos compradores entre si, no mercado, dos vendedores com os compradores e dos vendedores estabelecidos no mercado com outros fornecedores de produtos, reais ou potenciais, incluindo novas firmas potenciais que podem entrar no mercado. Em outras palavras, a estrutura de mercado, para propósitos práticos, significa as características da organização de um mercado que parecem influenciar estrategicamente a natureza da competição e do preço, dentro do mercado.

Os três conceitos chaves de análise estrutural de mercado são os de "estrutura", "conduta", e "desempenho".

As características de maior relevância na estrutura de mercado são:

1. grau de concentração de vendedores

2. grau de concentração de compradores

(O grau de concentração é dado pelo número de firmas e pela distribuição de tamanho da firma).

3. grau de diferenciação do produto, isto é, o ponto até onde os produtos de várias empresas, conquanto semelhantes, sejam considerados como não idênticos pelos consumidores.

4. condição de entrada e saída, referindo-se isto às facilidades de novas firmas entrarem ou saírem do mercado (existência ou não de barreiras).

A conduta de mercado é relacionada com a estrutura. Isto se refere aos padrões de comportamento usados pelas empresas no processo de adaptação ou ajustamento aos seus mercados. Os pontos mais importantes são:

a) métodos empregados pela firma, ou grupos de firmas, para determinação de preços;

b) política de produto;

c) política de promoção de vendas ou propaganda;

d) métodos de coordenação e adaptação dos itens acima entre várias firmas; e

e) a presença ou ausência das táticas predatórias ou exclusivistas contra firmas rivais estabelecidas ou potenciais.

O desempenho de mercado refere-se aos resultados econômicos da indústria como um agregado de empresas. A sociedade está interessada nos resultados de uma firma em termos de sua eficiência, progresso e estabilidade. Algumas dimensões de desempenho são:

- a) nível de preço relativo ao custo médio de produção;
- b) eficiência relativa de produção em função da escala;
- c) custos de promoção de vendas em relação ao custo de produção;
- d) caráter do produto;
- e) taxa de progresso da firma no desenvolvimento de produtos e técnicas de produção.

Neste método, a forma de organização do intermediário não tem importância. Ele pode ser proprietário individual, sociedade, cooperativa ou corporação, o que nos interessa é o lugar que ele ocupa no processo de comercialização.

Conforme MARQUES & AGUIAR (1989), os trabalhos com este enfoque podem ser agrupados de acordo com o objetivo em :

- a) testes de hipóteses sobre a causalidade da estrutura afetando a conduta e esta, o desempenho das empresas no mercado;
- b) análise da estrutura, conduta e desempenho das empresas num mercado;
- c) análise dos fatores responsáveis pela atual estrutura e efeitos de políticas governamentais sobre as mesmas.

A análise da estrutura de mercado fornece importante subsídio para o planejamento da empresa e também indica variáveis que devem ser consideradas ao se avaliar resultados de políticas governamentais. Verificando o distanciamento entre a estrutura de

um determinado mercado e o modelo de concorrência perfeita, considerado o mais eficiente economicamente, o governo pode inferir sobre o nível de eficiência desse mercado e propor medidas para seu aprimoramento. Pelo lado da empresa, a importância desse conhecimento está em permitir que esta adote a conduta adequada em face de seus concorrentes (MARQUES & AGUIAR, 1989).

O Método Estrutural pode ser utilizado para:

- a) estudar a formação de preços no mercado: pode-se estudar o número de compradores e vendedores no mercado ou numa zona, para se ter uma idéia, por exemplo, do grau de competição.
- b) para identificar o canal de mercado: sempre existe uma organização das firmas que manipulam um produto através dos processos principais, entre o produtor e o consumidor - é o que se denomina canal de comercialização.
- c) para analisar as modificações dos canais de comercialização: através dos gráficos de fluxo dos canais de comercialização podemos observá-los através do tempo e às modificações ocorridas no número e importância de várias instituições.

4.1.2.1 Índices de Desigualdade e de Concentração

De acordo com BRAGA e MASCOLO (1982) citados por HOFFMANN (1986), é feita uma distinção entre os conceitos de desigualdade e de concentração. Medidas de desigualdade, como o Índice de Gini, são geralmente utilizadas na análise da

distribuição da renda mas podem ser utilizadas para medir o grau de desigualdade de qualquer distribuição estatística. Medidas de concentração, como o Índice de Concentração Econômica e o Índice de Hirschman-Herfindahl, são comumente utilizadas em estudos sobre concentração industrial e se relacionam com a proporção da produção proveniente de um certo número de empresas. Em geral, dados os valores de x para N indivíduos (x_i com $i=1, \dots, N$), a desigualdade da distribuição está relacionada com a proporção da somatória de x_i correspondente a certa proporção da população, ao passo que a concentração da distribuição está relacionada com a proporção da somatória de x_i correspondente a um certo número de indivíduos.

a) Índice de Gini

O Índice de Gini é uma medida estatística baseada na Curva de Lorenz, a qual relaciona, neste trabalho, a porcentagem total comercializada do produto com a porcentagem de firmas no mercado. O índice de Gini assume o valor zero quando o total da produção é comercializada igualmente entre as firmas no mercado e aproxima-se de 1 à medida que mais e mais desigualmente se dá a distribuição entre as firmas (KOCK, 1980).

b) Índice de Concentração Econômica

As firmas serão ordenadas pelo volume de

comercialização, de modo decrescente. Em seguida, será calculada a participação da maior, das quatro e das oito maiores firmas em relação ao volume total comercializado.

Quanto maior a porcentagem da firma, ou do grupo de firmas, no volume total comercializado, maior será a concentração da comercialização.

c) Índice de Hirschman-Herfindahl

Por definição, o Índice de Hirschman-Herfindahl para a firma é a soma dos quadrados da participação das firmas, sendo que neste trabalho esse tamanho é medido pela porcentagem da comercialização de cada firma em relação ao total de comercialização, para cada produto, na CEASA.

O valor mínimo do Índice de Herfindhal é $1/N$ e ocorre quando todos os valores de x são iguais ao valor médio (distribuição perfeita, onde " N " é o número de firmas). O valor máximo é 1 e ocorre quando um dos valores de x é igual a $(N \cdot \text{média})$ e todos os demais valores são iguais a zero (HOFFMANN, 1982).

4.1.3 Método por produto específico

Alguns pesquisadores acham que cada produto é tão diferente que se torna inútil generalizar para um esquema

funcional ou estrutural, preferindo estudá-los isoladamente, considerando suas características e ações através dos canais de comercialização.

Esta abordagem vem sendo utilizadas por inúmeros órgãos de pesquisa, como por exemplo o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Esta instituição tem sua divisão de comercialização dividida por produtos, sendo que cada pesquisador procura estudar o sistema de comercialização de um determinado produto (MARQUES & AGUIAR, 1989).

4.1.3.1 Margem de Comercialização

Segundo JUNQUEIRA (1970), margem de comercialização é a soma dos custos dos serviços de comercialização incorridos no encaminhamento da produção agrícola das zonas produtoras até os consumidores, mais os lucros ou menos os prejuízos dos agentes intermediários.

A margem absoluta refere-se ao diferencial existente entre o preço pago pelo consumidor (preço no varejo) e o preço recebido pelo produtor. Engloba todo o custo e o lucro de comercialização e é também a soma das margens de atacado e varejo.

No presente estudo será utilizada apenas a margem de varejo, calculada da forma a seguir:

$$MV = Pv - Pa \quad (1)$$

onde:

MV = Margem do varejo

Pa = Preço recebido pelo atacadista

Pv = Preço recebido pelo varejista

As margens de comercialização, onde Pa e Pv estão expressas em unidades equivalentes, variam bastante de produto para produto. Os principais fatores que afetam estas diferenças são:

- a) processamento: quanto maior o processamento necessário, maior a margem de comercialização;
- b) perecibilidade: quanto mais perecível for o produto, maior a margem, uma vez que são maiores as perdas por amassamento ou podridão;
- c) valor específico: quanto maior o valor em relação ao peso ou volume ocupado, menor a margem de comercialização;
- d) estacionalidade: certos produtos que precisam estar no mercado num pequeno período de tempo, requerendo que certo tipo de equipamento seja utilizado parcialmente durante o ano, têm sua margem aumentada;
- e) alterações tecnológicas nas operações comerciais: por exemplo, a introdução de certo tipo de melhoramento que baixe os custos de determinado serviço, reduzirá a margem;
- f) variações nos preços dos insumos: por exemplo, aumentos nos combustíveis e equipamentos de transporte, aumentariam a margem de comercialização;

g) modificações na estrutura de mercado.

HOFFMANN (1969) fez a análise econométrica das margens de comercialização de ovos em São Paulo usando a regressão do "markup" em relação ao preço de compra. O modelo estatístico utilizado na análise de margem de comercialização foi o seguinte:

$$M_i = a + b P_i + E_i \quad (i=1,2,\dots,12)$$

onde

M_i = margem de comercialização no mês i

E_i = erro

P_i = preço pago ao produtor

a, b = parâmetros

Foram utilizados os preços correntes, sem defasagem, considerando que ocorre um ajuste instantâneo dos preços de atacado e varejo, uma vez que se tratam de produtos perecíveis, comercializados rapidamente.

O modelo estatístico utilizado na análise do presente trabalho para estudo da margem de comercialização será:

$$M_v = a + b_1 P_a + b_2 T + E \quad (2)$$

onde:

M_v = margem de comercialização do varejo

a, b_1, b_2 = parâmetros

P_a = preço do atacado

T = tempo, medido em meses ($T=1,2,\dots,49$)

E = erro aleatório.

O teste "t" de Student será utilizado para testar as hipóteses nulas de $a = 0$; $b_1 = 0$ e $b_2 = 0$ ao nível de 10% de probabilidade.

Se a for significativamente diferente de zero, indicará que a margem apresenta um componente fixo em relação aos preços.

Se b_1 for significativamente diferente de zero, indicará que a margem é afetada pela variação do preço do atacado; sua não significância implicará que a nível de varejo os preços dos produtos podem não mudar com uma variação do preço do atacado.

Caso b_2 seja significativamente diferente de zero, indicará que ocorre uma variação das margens do varejo em relação ao atacado, com o decorrer do tempo. Um valor positivo indicará que há aumento do valor real das margens de comercialização, enquanto que o valor negativo indicará o seu decréscimo.

4.1.3.2 Elasticidade de transmissão de preços

O conceito de elasticidade de transmissão de preços está ligado à forma pela qual os preços dos produtos agrícolas, nos diferentes níveis de mercado, estão relacionados entre si. Por exemplo, para os níveis de produtor e varejo, essa elasticidade indica a porcentagem de variação no preço, a nível

de varejo, em resposta a uma variação porcentual a nível de produtor.

O relacionamento entre o preço no varejo (P_v) e atacado (P_a) pode ser expresso conforme a equação (3):

$$P_v = c + d_1 P_a + d_2 T + E \quad (3)$$

onde,

T = tempo medido em meses (1,2,...,49)

E = erro aleatório

Em termos matemáticos, a elasticidade de transmissão de preços de um determinado produto i , em dois níveis de comercialização (v e a), então pode ser definida como:

$$E_{v,a} = \frac{\delta P_v}{\delta P_a} \cdot \frac{\bar{P}_a}{\bar{P}_v} \quad (4)$$

onde :

$E_{v,a}$ = elasticidade de transmissão de preços do produto entre atacado e varejo;

$\bar{P}_a$ = preço médio do produto no nível de comercialização de atacado;

$\bar{P}_v$ = preço médio do produto no nível de comercialização do varejo.

O coeficiente de elasticidade de transmissão de preços pode ser igual, maior ou menor que a unidade. Quando menor (ou maior) que a unidade, implica que se os preços pagos aos

atacadistas variam, "ceteris paribus", a mudança relativa no preço pago ao varejista será menor (ou maior) que a mudança relativa no preço pago ao atacadista. Quando a elasticidade de transmissão de preços for igual à unidade, diz-se que houve uma transmissão perfeita de preços do nível de atacado para o nível de varejo.

No presente trabalho, com o objetivo de se encontrar a elasticidade de transmissão de preços, pretende-se estimar, para cada um dos produtos selecionados, uma regressão linear múltipla, considerando-se como variável dependente o preço do produto a nível de varejo e como variáveis independentes o seu preço a nível de atacado e o tempo, medido em meses.

Os preços utilizados foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, ou Índice "2", tomando-se como base o mês de março de 1986.

4.2 Material e fonte de dados

As informações a serem empregadas neste estudo compreendem a série de preços e quantidades referentes ao período de março de 1985 a março de 1989 para os produtos a serem analisados, no município de Piracicaba. Os dados são mensais e envolvem preços no atacado dos produtos selecionados, obtidos através de Boletins Mensais da CEAGESP, além de dados de preços no varejo, para os mesmos produtos, coletados juntos à Secretaria Municipal da Agricultura de Piracicaba - SEMA.

Para os estudos relacionados com o antigo entreposto

municipal, foram utilizados dados de estudos realizados pela CEAGESP, em 1978.

Para os estudos descritivos da organização e operação da CEASA, foram utilizados dados de aplicação de questionários (censo) junto aos produtores e comerciantes permissionários da CEASA, além de utilização de dados secundários de pesquisas já efetuados no mesmo local. Foram realizadas entrevistas com produtores e atacadistas, feirantes, assim como com gerentes da CEASA e técnicos da CEAGESP envolvidos com a implantação do Programa de Centrais de Abastecimento.

4.2.1 Variáveis selecionadas

Na seleção das variáveis empregadas neste estudo, foram considerados dois critérios: a importância da variável na determinação da estrutura de mercado e a disponibilidade de dados estatísticos que permitissem atingir os objetivos propostos.

a) Produtos Selecionados:

Os produtos analisados foram selecionados dentro das diversas categorias comercializadas na CEASA de Piracicaba, tomando-se como critério, além do valor da comercialização na CEASA de Piracicaba, sua importância a nível de consumo local.

Foram consideradas as médias de preços das distintas variedades e tipos dos produtos, uma vez que nem sempre é possível, a nível de varejo, saber o padrão ou a variedade

comercializada.

Os produtos selecionados foram:

Frutas nacionais: laranja

Hortalças: alface e repolho

Legumes: abobrinha e tomate

Produtos diversos: cebola

b) Preços e quantidades no atacado:

Os dados para a CEASA de Piracicaba foram coletados na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), e constituem preços médios mensais e quantidades vendidas dos produtos selecionados, recebidos pelos atacadistas. Os preços foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços ou Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como base o mês de março de 1986.

As unidades referem-se àquelas utilizadas no comércio varejista, sendo levadas em conta, no cálculo do preço de atacado, as porcentagens de perda ocorridas no processo de comercialização, conforme trabalho publicado por UENO (1971), e expressas matematicamente da seguinte forma:

$$Pat = (Pa / IGP) . (1 / (1 - g)) . 100 \quad (5)$$

onde:

Pat = preço do atacado transformado

Pa = preço do atacado (CEASA)

IGP = Índice Geral de Preços (Índice "2" da FGV)

g = índice médio de perdas (0 s g s 1)

As quantidades foram expressas em unidades próprias de medida do CEASA para cada produto e, quando necessário, foram convertidas às unidades praticadas no varejo de acordo com as equivalências e perdas mostradas na Tabela 2 :

TABELA 2. Equivalência entre as unidades de comercialização no atacado (CEASA) e no varejo (feiras e varejões)

produto	atacado	varejo	% média de perda (1)
laranja	caixa K de 25kg = 9.25 dz	dz	10
abobrinha	caixa K de 17kg	kg	12
alface	caixa K de 4.0kg	unid.	12
repolho	saco de 20.0 kg	kg	14
tomate	caixa K de 25 kg	kg	14
cebola	saco de 20 kg	kg	14

Fonte: CEAGESP e Secretaria Municipal de Abastecimento-SEMA

(1) De acordo com UENO(1971)

c)Preços e quantidades no varejo:

Os dados foram coletados junto à Secretaria da Municipal da Agricultura e referem-se a preços médios mensais dos produtos selecionados, praticados nas feiras-livres e varejões do município. As unidades referem-se àquelas utilizadas no mercado varejista.

5. RESULTADOS

A análise foi efetuada quanto ao desempenho técnico e econômico da CEASA de Piracicaba e em relação aos objetivos da política das Centrais de Abastecimento.

Para efeito de análise do desempenho da CEASA de Piracicaba, partiu-se dos estudos iniciais efetuados por técnicos da CEAGESP junto ao mercado atacadista existente no município em 1978, no Entrepasto Municipal, quando foi verificada a viabilidade de implantação de uma central de abastecimento em Piracicaba. Esses dados foram a seguir comparados com os resultados alcançados pela CEASA de Piracicaba, após cinco anos de sua inauguração.

Em relação à política de Centrais de Abastecimento, verificou-se se a CEASA de Piracicaba estava atendendo a sua filosofia e objetivos.

5.1 O Entrepasto Municipal

Em março de 1978, considerando a inclusão do município de Piracicaba como um dos prováveis candidatos à implantação de uma CEASA, técnicos da CEAGESP fizeram uma avaliação do comércio atacadista de Piracicaba para verificar se o município se enquadrava nos critérios estabelecidos pela política estadual de descentralização do abastecimento. Foi efetuada uma análise da evolução do consumo de produtos hortifrutigranjeiros e de cereais

no município, para o período de 1978 a 1982, aliada ao levantamento do comércio atacadista.

No referido estudo, os técnicos consideraram que o aumento no consumo seria diretamente proporcional ao crescimento da população. Os dados utilizados pelo grupo de trabalho sobre a evolução da população de Piracicaba e da sub-região, constam da Tabela 3.

TABELA 3 - Evolução estimada da população para o município de Piracicaba e Sub - região(1), período 1970-1980.

sub-região e município	1970	1980	Aumento do Período	
			hab.	%
1.1 Sub-região	229.430	251.601	22.171	10
1.2 Município	154.323	175.164	20.841	14

Fonte: Estudo de população presente e população residente no Estado de São Paulo - Estimativas de 1970 a 1980 - Secretaria de Economia e Planejamento

(1) Constituída pelos municípios de Capivari, Charqueada, Iracemápolis, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste e Santa Gertrudes.

Os técnicos da CEAGESP estimaram em 1,4% a taxa média anual de aumento da população, concluindo que haveria um aumento na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e de cereais nos anos seguintes. Para projetar a tonelagem comercializada para o ano meta de 1982, os técnicos estimaram um crescimento de 7,0% no final dos próximos 5 anos.

A comparação dos dados reais de aumento da população

com aqueles estimados pelo referido grupo de estudo consta da Tabela 4, e mostram que há uma grande disparidade entre eles.

TABELA 4 - Evolução da população para o município de Piracicaba e sub - região, período 1970-1980.

sub-região e município	1970	1980	Aumento do Período	
			hab.	%
1.1 Sub-região	240.395	363.302	122.907	51.1
1.2 Município	152.505	214.295	61.790	40.5

Fonte: IBGE

Partindo de um volume de 79.369 toneladas comercializadas de produtos hortigranjeiros em 1978, o volume de comercialização estimado para o ano de 1982, pelo referido estudo da CEAGESP, foi de 84.924 toneladas.

Ainda com relação ao estudo para implantação da CEASA de Piracicaba, verificou-se que o comércio atacadista de produtos agrícolas era centralizado no Entrepasto Municipal, em antigo terreno do Matadouro Municipal. Apesar de ter instalações precárias, sua localização era estratégica tanto para os usuários do município como para os procedentes da região. Os estudos demonstraram que os 145 comerciantes que ali atuavam já possuíam certa tradição no mercado, sendo que 70% dos mesmos operavam há mais de 5 anos.

O volume de produtos comercializados em 1978 no Entrepasto Municipal e o número de agentes que operavam no atacado, classificados por grupo de produtos, e a média de

comercialização por agente, em toneladas/ano, encontram-se na Tabela 5.

TABELA 5. Movimentação anual de produtos, em toneladas, número de agentes, por grupo de produtos e tonelagem média por agente - Entrepósito Municipal de Piracicaba - 1978

Grupo de Produtos	Número de agentes	Toneladas/ano	Média por agente t/ano
frutas	44	32.530	739,32
hortaliças	58	12.146	209,41
frutas e hortaliças	13	5.059	389,15
produtos diversos	8	12.859	1607,37
prod.diversos e frutas	2	1.929	964,50
prod.diversos e hort.	6	2 762	460,33
prod.div.frutas e hort.	5	1 963	392,60
cereais	6	9 954	1659,00
cereais, frutas e hort.	1	53	53,00
cereais, hort. e prod.div.	2	114	57,00
TOTAL	145	79.369	547,37

Fonte :CEAGESP

De acordo com os resultados da análise, os técnicos da CEAGESP concluíram pela viabilidade de instalação de uma central de abastecimento no município, recomendando a construção de 4.000 metros quadrados de área útil de comercialização, subdividida em um setor não permanente com 1 pavilhão com 100 módulos de 10 metros quadrados cada, e um setor permanente com 4 pavilhões com 100 boxes com 30 metros quadrados cada. O "lay out" dos pavilhões

destinados à comercialização, constante dos estudos iniciais, estão anexados no apêndice deste trabalho.

5.2 CEASA de Piracicaba

5.2.1 Características gerais

A CEASA de Piracicaba está constituída por um conjunto de prédios próprios onde se desenvolve a comercialização do comércio atacadista da Micro-Região 254, a qual engloba os municípios de Capivari, Charqueada, Iracemápolis, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste e Santa Gertrudes.

5.2.1.1 Dimensionamento

Um dos aspectos fundamentais no planejamento de implantação de uma Central de Abastecimento é o seu dimensionamento.

A área de comercialização da CEASA de Piracicaba, num total de 4.060 m², está dividida em 60 boxes de 37,50 m² cada, destinados aos permissionários (todos os que possuem o Termo de Permissão Remunerada de Uso-TPRU) com contratos mensais; 146 módulos ou pedras, sendo 142 de 12,50 m² e 04 de 8,75 m² cada, destinados à permissionários com contratos diários ou mensais. O total de módulos correspondentes à área coberta (92), é contratado por mensalistas, enquanto que dos 54 restantes,

situados em área aberta, 20 são utilizados por permissionários diaristas (produtores temporários que pagam diárias) e os demais 34 estão livres (dados de março de 1990). Os permissionários podem utilizar mais de um box ou de um módulo. Há um total de 10 câmaras (câmaras frias e câmaras para climatização de banana), situadas nos boxes.

Esses dados, em relação à área total de comercialização, aproximam-se dos do projeto inicial, o qual previa uma necessidade de 4.000 metros quadrados. Entretanto, não foram seguidas as recomendações em relação ao número de pavilhões de comercialização (construindo-se um ao invés de cinco) e em relação às dimensões dos boxes e dos módulos.

5.2.1.2 Localização e horário de funcionamento

A CEASA de Piracicaba está localizada na zona rural, no Bairro do Taquaral, junto à Rodovia do Açúcar (km 10), à 16 km da sede do município. Possui uma área total de 52.830 metros quadrados e uma área construída de 7.080 metros quadrados, dos quais 4.060 são destinados à comercialização.

Quando da sua construção, problemas políticos impediram que a CEASA fosse instalada em terreno localizado próximo ao antigo entreposto, o que já havia sido acertado previamente pela Prefeitura local, faltando o processo de desapropriação do terreno. Para que não se perdessem os recursos, foram engendrados esforços no sentido de conseguir-se outro

local, culminando com a doação de uma área, no meio de um canavial, por uma usina de açúcar, obviamente interessada em valorizar as áreas adjacentes para fins imobiliários, bem como para ter uma nova estrada para escoamento de seus produtos. Isto foi comprovado recentemente, com a publicação, nos jornais do município, de projeto de loteamento da área vizinha ao local.

Não foram elaborados estudos no sentido de avaliar se tecnicamente o novo local seria viável, tanto em termos da existência e qualidade das rodovias de acesso, bem como da localização estratégica em relação às zonas de produção e existência de infraestrutura física de apoio.

Consequentemente, surgiram sérios problemas para início das atividades da CEASA, inclusive com a recusa dos produtores e comerciantes do antigo entreposto municipal de se transferirem para as novas instalações. A grande preocupação era em relação à localização, considerada inadequada tanto em termos de distância das rodovias de acesso aos municípios que também utilizariam a CEASA, como também pela precariedade das estradas vicinais. Completamente ilhada por canaviais, a CEASA era inclusive um lugar de segurança duvidosa. Todos esses fatos evidenciavam a falta de embasamento técnico para a escolha do local.

Várias reuniões foram feitas na Prefeitura local e na Casa da Agricultura, tentando convencer os produtores e comerciantes à mudança que porém acabou por acontecer quase que compulsoriamente.

E é evidente que no processo de implantação

desconsiderou-se a conceituação de central de abastecimento, a qual deve funcionar como um mecanismo disciplinador e regulador de oferta de gêneros alimentícios, e não pode ser inserida artificialmente no contexto de um sistema de abastecimento. A sua implantação não é determinante, porém decorrência das estruturas de comercialização existentes.

Os estudos iniciais, efetuados pelos técnicos da CEEGESP, eram válidos para as condições do Entrepósito Municipal e não podiam simplesmente ser transferidos para condições totalmente diversas. Evidentemente, o fato da localização geográfica da estrutura ter sido menosprezada acabou por constituir-se em um dos fatores limitantes a uma maior eficiência.

Mesmo a idéia de formação de um distrito agrícola, localizado ao redor da CEASA, que em princípio ocuparia uma área de aproximadamente 150 hectares e que, segundo os próprios técnicos da CEEGESP, poderá ser um embrião de um cinturão verde, deve ser analisada com muita cautela. Não se pode ignorar que toda área é rodeada por canaviais, cuja aplicação de herbicidas pode trazer sérios problemas à produção hortigranjeira, além do problema de água, imprescindível para esse tipo de exploração. Provavelmente o único beneficiário de mais este investimento será o proprietário das áreas circunvizinhas, com mais valorização decorrente da implantação de novas infraestruturas.

Em relação ao horário de comercialização, surge outro ponto de estrangulamento e de polêmica dentro da CEASA de Piracicaba.

A comercialização inicia-se às 5:30 horas quando os

compradores entram (sem os veículos) e termina em torno de 9:00 horas. A entrada dos veículos dos compradores é permitida a partir das 6:30 horas, enquanto que o acostamento dos veículos dos vendedores tem horário livre.

Este horário de comercialização não atende ao interesse da maioria dos produtores que operam na CEASA de Piracicaba, tendo sido imposto após a gerência não ter conseguido chegar a um horário de consenso entre todos os permissionários. De acordo com os produtores, tal horário obriga a realização da colheita no dia anterior à comercialização, o que, principalmente no caso de verduras, provoca uma alta taxa de perda. Levantamento efetuado junto aos permissionários demonstra que 66,7% dos mesmos preferem o horário da tarde, estando estes divididos entre os horários de 15:00 horas (31,7%) e 14:00 horas (35%).

Entre as principais dificuldades na comercialização apontadas pelos permissionários, o problema de horário inadequado aparece em primeiro lugar (34,7%), seguido da localização (19,2%), os quais, conjuntamente, são apontados como responsáveis pela falta de compradores. Entre os principais gastos relacionados, destaca-se o transporte, também decorrência da localização.

5.2.2 Produtos comercializados

As CEASAs têm por finalidade oferecer instalações e serviços que possibilitem a comercialização de produtos

hortigranjeiros "in natura", sendo que todos os outros produtos são considerados auxiliares e/ou atípicos. Entende-se por produtos hortigranjeiros aqueles ligados à horticultura, ou seja, floricultura, fruticultura, silvicultura, olericultura e avicultura.

Na CEASA de Piracicaba são comercializados, a nível de atacado, produtos hortigranjeiros e cereais. Os produtos são agrupados em quatro grandes grupos, conforme classificação da CEEGESP: frutas, verduras, legumes e produtos diversos (cebola, batata, etc.).

Em relação à comercialização da rede estadual de entrepostos, pode-se observar, pela Tabela 6, a movimentação dos produtos comercializados nos entrepostos do interior do Estado, em toneladas, nos anos de 1987, 1988 e 1989.

Observa-se que vem caindo, a cada ano, a participação da CEASA de Piracicaba no volume total, passando do quarto lugar em 1987, para o quinto lugar em 1988 e sétimo lugar em 1989. Esta perda de importância contradiz os estudos para implantação da CEASA de Piracicaba, que previam aumento significativo da comercialização no entreposto a ser instalado no município.

A evolução, por grupo de produtos, das quantidades comercializadas no período de março/85 a dezembro/89, na CEASA de Piracicaba é mostrada na Tabela 7.

Observa-se também a tendência de queda para todos os grupos de produtos, mesmo considerando-se que o ano de 1986 foi atípico em virtude da vigência do Plano Cruzado.

Tabela 6. Movimentação dos produtos comercializados nas Centrais de Abastecimento do interior do Estado de São Paulo, em toneladas, e participação em % , 1987, 1988 e 1989.

CEASAS	1987		1988		1989	
	t	% no total	t	% no total	t	% no total
Araçatuba	23.663	4.1	21.195	3.8	23.522	3.6
Araraquara	14.339	2.5	15.605	2.8	17.593	2.7
Bauru	43.177	7.4	38.642	6.9	45.081	6.9
Franca	17.735	3.0	15.194	2.7	15.860	2.4
Guaratinguetá	10.717	1.8	10.733	1.9	10.547	1.6
Marília	12.804	2.2	16.716	3.0	17.135	2.6
Piracicaba	47.674	8.2	41.269	7.3	41.309	6.3
Presidente Prudente	71.996	12.3	64.493	11.5	68.853	10.4
Ribeirão Preto	158.787	27.2	152.267	27.1	187.022	28.5
São José dos Campos	51.308	8.8	54.918	9.8	64.268	9.8
São José do Rio Preto	39.795	6.8	39.598	7.0	45.400	6.9
Sorocaba	92.025	15.8	91.639	16.3	120.688	18.4
TOTAL	584.020	100	562.267	100	657.279	100

FONTE: Departamento de Abastecimento Regional-CEAGESP-SP

TABELA 7. Evolução, por grupo de produtos, das quantidades comercializadas anualmente na CEASA de Piracicaba - período de março de 1985 a dezembro de 1989 (Base = 1985)

ANO	FRUTAS	VERDURAS	LEGUMES	PROD.DIV.	MEDIA
1985	100	100	100	100	100
1986	174	151	131	181	157
1987	164	146	130	116	153
1988	126	145	130	146	133
1989	132	125	127	147	133

Fonte: CEAGESP

Os dados sobre a participação de cada grupo de produtos no total comercializado pela CEASA constam da Tabela 8.

TABELA 8. Participação de cada grupo de produtos no total comercializado pela CEASA de Piracicaba, no período de janeiro a dezembro de 1989.

grupo de produtos	toneladas	%
FRUTAS	15.771,14	38.2
LEGUMES	13.745,64	33.3
VERDURAS	2.731,58	6.6
PROD.DIVERSOS	9.060,74	21.9
TOTAL	41.309,11	100.0

Fonte dos dados primários: CEAGESP

Verifica-se que no período analisado, o grupo de maior

volume de comercialização foi o das frutas nacionais, participando com 38,2% do volume total comercializado. Dentro do grupo, os produtos de maior destaque são: laranja (25,9%), banana nanica (21,4%) e o abacaxi (8,8%).

A seguir, em porcentagem de comercialização, aparecem os legumes, com 33,3%, sendo que os produtos mais comercializados dentro do grupo foram: tomate (54,78%), cenoura (7,1%), pepino (6,6%) e abobrinha (6,6%).

O grupo de produtos diversos é o terceiro colocado, com 21,93% do total comercializado, destacando-se os produtos: cebola (41,6%), batata (33,3%), feijão (11,5%) e arroz (4,2%).

O grupo de verduras apresenta a menor participação no volume total comercializado (6,6%), sendo que as mais comercializadas foram: repolho (40,5%), couve-flor (12,1%) e alface (9,6%).

Observa-se, na Tabela 9, que os produtores participam preponderantemente no item verduras e razoavelmente na comercialização de produtos diversos. Os comerciantes tem participação expressiva na comercialização de frutas e legumes.

TABELA 9. Participação, em porcentagem (1), dos permissionários por categoria, na comercialização, por grupo de produtos, na CEASA de Piracicaba-SP, 1989

permissionários	frutas	verduras	legumes	prod.diversos
comerciantes	81,0	29,0	83,0	53,0
produtores	19,0	71,0	17,0	47,0

Fonte de dados primários: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento- SEMA

(1) O resultado totaliza mais que 100% dos permissionários pelo fato de um mesmo agente operar em mais de um grupo de produtos.

5.2.3 Permissionários da CEASA de Piracicaba

Pela ordem, têm preferência para atuar nas centrais de abastecimento, cooperativas, produtores individuais, sociedades civis de produtores, firmas individuais e sociedades comerciais especializadas, comissários e consignatários e, por fim, corretores e agentes auxiliares de comércio, credenciados pela CEAGESP.

A CEASA de Piracicaba conta com dois tipos de permissionários, comerciantes e produtores, distribuídos de acordo com os dados da Tabela 10.

TABELA 10. Número de agentes que operam na CEASA de Piracicaba-SP dezembro/1989

agentes	número	%
produtores diaristas	12	9,1
produtores mensalistas	51	38,6
firmas comerciais	69	52,3
TOTAL	132	100,0

Fonte de dados primários:CEAGESP

Observa-se que houve uma queda de 8,9 % entre o número de vendedores que operavam no Entrepasto Municipal (145) e os que em 1989 operavam na CEASA de Piracicaba (132), demonstrando que

não houve estímulo adequado à transferência para este último.

Para efeito de comparação, utilizou-se o número total de agentes que operavam no antigo entreposto municipal, sem considerar a classificação por tipo de produto que comercializavam, tendo em vista que não temos esses dados para a CEASA de Piracicaba.

O volume total comercializado reduziu-se de 79.369 t para 41.309,11 t (queda de 48,0 %).

A relação t/agente passou de 547,4 t/agente em 1978 para 312,94 t/agente em 1989 (queda de 42,8 %).

Em termos da relação entre produtores e comerciantes, também houve uma inversão. Quando da instalação da CEASA, em março de 1985, havia uma relação de 52% de produtores para 48% de comerciantes. Hoje, passados 5 anos, os comerciantes correspondem a 61% do total, enquanto que os produtores se restringem a 39%.

Os comerciantes utilizam 95% dos boxes e 54% dos módulos, ficando portanto os produtores que, pela filosofia do Programa de Centrais de Abastecimento, deveriam ser os grandes utilizadores da estrutura, com apenas 5,0 % dos boxes e 46,0 % dos módulos.

Em relação à entrada de novos vendedores no mercado, apesar desta ser aparentemente fácil (44,0% dos usuários acham que não há dificuldade), as demais respostas (56,0 %) demonstram que isso não é real. Os usuários apontam o problema de preço do aluguel dos boxes e pedras, da burocracia para conseguir vagas, e a estes acrescentamos a existência de número limitado de localizações, o que é dado pelo número fixo de boxes e pedras. O

fato de a CEASA de Piracicaba apresentar alguns módulos desocupados é decorrência de serem eles em área descoberta, onde ocorrem maiores problemas de perda de mercadoria.

5.2.4 Principais compradores

Os produtos comercializados na CEASA de Piracicaba em 1987 eram distribuídos basicamente entre quatro categorias de compradores, de acordo com levantamento efetuado em maio/87 pela gerência local: quitandeiros, ambulantes, feirantes e supermercados de vários municípios da região.

A Tabela 11 mostra os dados sobre a participação das diferentes categorias de compradores da CEASA de Piracicaba:

TABELA 11. Participação percentual das diferentes categorias de compradores na CEASA de Piracicaba-SP, 1987 e 1989

classe	participação (%)	
	1987	1989
ambulantes	20	25
quitandeiros	38	10
restaurantes	-	15
supermercados	13	10
feirantes	29	25
atac.outras regiões	-	10
outros	-	5

Fonte: CEAGESP

Os ambulantes e quitandeiros representavam, em 1987, mais de 50% do número total de compradores, o que poderia indicar existência de grande competitividade no mercado de compradores, uma vez que são agentes que se caracterizam por comprar pequenas quantidades e uma grande variedade de produtos.

Para isso seria necessário avaliar-se o volume total absorvido em cada uma das categorias citadas para verificar-se se, embora em número menor, os feirantes e supermercados não provocavam imperfeições na competição. Entretanto, tais dados não são coletados pela CEASA de Piracicaba.

Observa-se também que, no período de 1987 para 1989, houve uma mudança expressiva na participação dos compradores.

Ocorreu diminuição na participação dos quitandeiros (de 38% em 1987 para 10% em 1989) e de feirantes (29% em 1987 para 25% em 1989), enquanto que aumentou a participação de atacadistas de outras regiões e de restaurantes.

Os dados relativos à procedência dos compradores da CEASA de Piracicaba, por categoria, bem como a participação percentual de cada município dentro de cada categoria, estão na Tabela 12.

Observa-se que há expressiva participação dos compradores de Piracicaba, sendo pequena a participação dos demais municípios. Entre estes, destacam-se os municípios de Rio Claro e de Santa Bárbara D'Oeste.

TABELA 12. - Procedência dos principais compradores da CEASA
de Piracicaba-SP, 1987.

classe	município	%
Quitandeiros	Piracicaba	81.1
	Rio Claro	13.2
	São Pedro	3.8
	Capivari	1.9
Ambulantes	Piracicaba	65.4
	S.B.D'Oeste	10.3
	Laranjal Pta	6.8
	Iracemópolis	3.5
	Rio Claro	3.5
	Capivari	3.5
	Cerquilha	3.5
Feirantes	Tietê	3.5
	Piracicaba	80.5
	Rio Claro	9.7
	São Pedro	4.9
	S.B.D'Oeste	4.9
Supermercados	Piracicaba	72.0
	Iracemópolis	5.6
	Laranjal Pta	5.6
	S.B.D'Oeste	5.6
	Santa Gertrudes	5.6
	Capivari	5.6

Fonte:CEASA/Piracicaba

Quando compara-se os municípios que utilizam a CEASA de Piracicaba com relação à sub-região administrativa, verifica-se que estão fora da relação os municípios de Charqueada, Mombuca, Rafard, Rio das Pedras e Santa Gertrudes.

5.2.5 Serviços de comercialização

5.2.5.1 Serviços adicionados ao produto

Praticamente todos os produtores fazem a limpeza e a classificação dos produtos na propriedade (94,0%), e não houve nenhuma ação por parte da CEASA de Piracicaba no sentido de aperfeiçoar e melhorar o processo de padronização e classificação dos produtos ali comercializados.

5.2.5.2 Serviços de apoio à comercialização

A CEASA de Piracicaba não oferece nenhum serviço de comercialização aos seus usuários. Não há sistema local de informação de mercado e nem de assistência técnica aos produtores e comerciantes.

Consequentemente, os permissionários, principalmente os produtores, correm o risco de, por falta de informação adequada, enfrentar preços formados artificialmente, além de ficar na dependência de fontes informais que podem ser manipuladas pelos grandes comerciantes.

A CEAGESP oferece informações sobre quantidades, preços médios simples por variedade e por classificação, e procedência por produto, para cada uma de suas unidades. Estas

informações são publicadas em boletins mensais e anuais. No entanto, como já foi comentado, estas informações não estão à disposição dos permissionários para orientá-los na formação de preços e na destinação de seus produtos.

De acordo com levantamento realizado em 1987, 45.6% dos permissionários adquirem informações de preços na própria CEASA, com outros comerciantes, enquanto que 31.8% não obtém nenhuma informação significativa. Do restante, 18.2% consegue informações com vizinhos e outros produtores e 4.0% afirma ter acesso à informação de São Paulo.

5.2.6. Serviços Complementares

As atividades operacionais da CEASA de Piracicaba envolvem uma população flutuante, nos dias de comercialização de cerca de 2000 pessoas, as quais contam com poucos serviços. A seguir, faz-se uma breve discussão dos serviços existentes ou que seriam necessários de acordo com padrões administrativos mínimos:

- Estabelecimento bancário: quando da inauguração da CEASA foi instalado um posto do BANESPA, porém como a movimentação era baixa o posto foi fechado.
- Divisão policial da guarda civil municipal: não há. A CEASA conta com um grupo de 5 seguranças da própria empresa, contratados por turnos, que operam ininterruptamente 24 horas por dia. O problema é sério porque o local é isolado, colocando em risco não só as instalações e equipamentos da empresa como dos

usuários, como também a caixaria vazia e mercadorias menos perecíveis que permanecem guardadas na CEASA.

-Sistema de comunicação: a CEASA conta com apenas uma linha telefônica com ramais internos. O telex, instalado na época da inauguração, foi retirado para contenção de despesas.

-Serviço médico: inexistente.

-Restaurante: há uma pequena lanchonete, em vias de ser fechada. No local será instalado um box para venda de ovos, estando planejada a instalação de um serviço de "trailer" para fornecimento de lanches.

-Administração: a CEASA de Piracicaba conta com 14 funcionários permanentes, conforme os dados da Tabela 13.

TABELA 13. Quadro de funcionários permanentes da CEASA de Piracicaba, 1989.

função	número
gerente	01
encarregado de serviços (interino)	01
fiscal	01
agentes de segurança	05
auxiliares de serviços gerais	05
oficial de manutenção	01
TOTAL	15

Fonte : CEAGESP

O número de funcionários é considerado insuficiente, além do problema da grande rotatividade de gerentes. Em cinco anos de operação, a CEASA de Piracicaba já teve 5 gerentes, cuja substituição geralmente tem interferências políticas, trazendo de volta o problema de relação entre Prefeitura Municipal e Governo do Estado, o que impede um trabalho contínuo, integrado e que, sem dúvida, afeta o seu desempenho.

5.3 Estrutura da CEASA de Piracicaba e comportamento dos usuários

5.3.1 O grau de concentração e de desigualdade dos vendedores

Os resultados para os indicadores de desigualdade e de concentração calculados para cada produto constam da Tabela 14.

De forma geral todos os produtos apresentam elevado grau de desigualdade e de concentração de vendedores.

Os resultados para o Índice de Gini variaram entre 0,94 e 0,97, aproximando-se da unidade, que é o valor máximo de desigualdade.

Os resultados para o Índice de Hirschman-Herfindahl apresentaram valores elevados quando comparados com os valores da distribuição perfeita para cada produto, indicando existência de concentração de vendedores. Os produtos com maior grau de concentração na CEASA de Piracicaba são a cebola (0,48) e a laranja (0,40).

O Índice de Concentração Econômica para os oito

maiores vendedores para cada produto também apresentou valores elevados, sendo o menor para o repolho(0.72) e o maior para cebola (0.96).

TABELA 14.- Índices de desigualdade e de concentração de vendedores de alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, na CEASA de Piracicaba-SP, 1989.

	alface	abobrinha	cebola	repolho	tomate	laranja
Índice de Gini	0,95	0,97	0,94	0,96	0,96	0,94
Índice de Conc. Econ.(1)	0,84	0,74	0,96	0,72	0,89	0,95
Índice de H-H(2)	0,15 (0,02)	0,22 (0,01)	0,48 (0,03)	0,17 (0,02)	0,30 (0,02)	0,40 (0,03)

Fonte de dados primários:CEAGESP

(1)calculado para as 8 maiores firmas.Os resultados dos cálculos para o maior vendedor e para os quatro maiores, encontram-se na Tabela 25 do Apêndice.

(2) Hirschman-Herfindahl:os números entre parênteses abaixo dos índices correspondem ao valor de $1/N$ (N = número de vendedores de cada produto), que representam ausência de concentração dentro do grupo de vendedores (distribuição perfeita).

Para melhor visualizar o grau de concentração na análise comparou-se estes valores com a participação desses 8 maiores vendedores em relação ao número total de vendedores (Tabela 15). Para todos os produtos analisados, menos de 24 % dos vendedores são responsáveis por mais de 71 % da comercialização indicando um elevado grau de concentração de vendedores na CEASA de Piracicaba.

TABELA 15. Relação entre os índices de concentração econômica para os oito maiores vendedores de alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja e a sua participação no total de vendedores para cada produto, CEASA de Piracicaba, 1989.

	Índice de Concentração Econômica	Participação dos 8 maiores comerciantes no total de vendedores (%)
alface	83.6	17.4
abobrinha	74.2	11.0
cebola	96.2	23.5
laranja	95.0	24.0
repolho	71.4	17.0
tomate	89.0	19.0

Fonte dos dados primários: CEAGESP

5.3.2 Elasticidade de Transmissão de Preços

Os resultados da análise para a elasticidade de transmissão de preços entre o atacado (CEASA) e o varejões, para os produtos analisados, obtidos utilizando-se a equação (3), na página 54, estão na Tabela 16.

O coeficiente de determinação (R^2) apresentou valores entre 0,64 e 0,88 para alface, abobrinha, cebola, tomate e laranja. O repolho apresentou o menor valor ($R^2 = 0,30$), porém o teste "t" foi significativo ao nível de 10% para os coeficientes de regressão das variáveis independentes.

De um modo geral, para todos os produtos da CEASA de Piracicaba, os valores para a elasticidade de transmissão de

preços para os varejões foram menores do que a unidade, significando que uma variação de preço desses produtos na CEASA ocasiona uma variação menos do que proporcional nos preços dos varejões. A laranja é o produto que apresenta menor valor para a elasticidade de transmissão de preços (0,21), significando que para uma variação de 10 % nos preços da CEASA, haverá uma variação de apenas 2,1% nos preços dos varejões. A alface é o produto que apresentou o maior valor, uma vez que para uma variação de 10% dos preços na Ceasa, ocorrerá uma variação de 9,2% nos preços dos varejões.

TABELA 16. Regressões Lineares estimadas e coeficientes de elasticidade de transmissão de preço para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja para os níveis de atacado (CEASA) e varejo (varejões municipais), Piracicaba-SP, período 1985/89

Produto	Inter- secção	Coef. de regressão das var. independentes		R2	E
		Pa	T		
alface	131,14 (0,78)	0,93 (18,60)*	1,18 (0,30)	0,88	0,92
abobrinha	2844,27 (8,15)*	0,76 (9,30)*	-57,54 (8,00)*	0,74	0,67
cebola	949,85 (1,39)**	0,76 (10,60)*	-16,11 (0,96)	0,75	0,87
repolho	1351,40 (4,13)*	0,51 (4,10)*	-14,06 (1,70)*	0,30	0,57
tomate	1951,90 (7,33)*	0,87 (14,60)*	-45,85 (6,80)*	0,83	0,83
laranja	3994,30 (21,40)*	0,24 (5,30)*	-37,50 (8,30)*	0,64	0,21

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes referem-se ao valor de "t". A variável dependente refere-se ao preço dos produtos ao nível de varejo (varejões municipais) e as variáveis independentes são Pa = preço no atacado (CEASA) e T = tempo. O R2

é o coeficiente de determinação e E a elasticidade de transmissão de preço do atacado para o varejo.

(*) e (**): estatisticamente significativo ao nível de 10% e 20% de probabilidade, respectivamente.

Os resultados da análise da elasticidade de transmissão de preços entre a CEASA e as feiras-livres estão na Tabela 17.

TABELA 17. Regressões Lineares estimadas e coeficientes de elasticidade de transmissão de preço para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja para os níveis de atacado (CEASA) e varejo (feiras-livres), Piracicaba-SP, período 1985/89.

Produto	Inter-secção	Coef. de regressão das var. indep.		R2	E
		Pa	T		
alface	456,2 (1,50)**	1,14 (12,60)*	4,38 (0,63)	0,78	0,81
abobrinha	3680,9 (6,36)*	1,02 (9,30)*	-61,80 (8,10)*	0,62	0,64
cebola	2173,7 (2,41)*	0,81 (8,50)*	-16,48 (0,74)	0,66	0,70
repolho	1711,90 (4,21)*	1,27 (8,30)*	-33,10 (3,20)*	0,61	0,76
tomate	2333,32 (4,70)*	1,27 (11,40)*	-54,77 (4,30)*	0,74	0,82
laranja	4012,93 (12,60)*	0,29 (3,60)*	1,99 (0,30)	0,24	0,23

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes referem-se ao valor de "t". A variável dependente refere-se ao preço dos produtos ao nível de varejo (varejões municipais) e as variáveis independentes são Pa = preço no atacado (CEASA) e T = tempo. O R2 é o coeficiente de determinação e E é a elasticidade de transmissão de preço do atacado para as feiras.

(*) e (**): estatisticamente significativo ao nível de 10% e de 20% de probabilidade, respectivamente.

O coeficiente de determinação (R^2) apresentou valores entre 0,61 e 0,78 para alface, abobrinha, cebola, tomate e repolho. A laranja apresentou o valor menor ($R^2 = 0,24$), porém o teste "t" foi significativo ao nível de 10% para o coeficiente de regressão da variável independente correspondente ao preço no atacado (Pa).

De um modo geral, todos os produtos apresentaram valores menores que a unidade para a elasticidade de transmissão de preços da CEASA para as feiras significando que uma variação de preço desses produtos na CEASA ocasiona uma variação menos que proporcional nos preços dos varejões.

A laranja é o produto que apresenta menor valor para a elasticidade de transmissão de preços (0,23), sendo que para uma variação de 10 % nos preços da CEASA, haverá uma variação de apenas 2,3% nos preços das feiras. O tomate é o produto que apresentou o maior valor, uma vez que uma variação de 10% dos preços na Ceasa provocará uma variação de 8,2 % nas feiras livres.

Outro dado da análise é que, ao se comparar as elasticidades de transmissão de preço da CEASA para os varejões com aquelas em relação às feiras, observa-se que os coeficientes são mais elevados para os varejões, isto é, há uma maior elasticidade de transmissão entre estes equipamentos. Isto pode ser explicado pelo fato de os produtos serem tabelados nos varejões, sendo que a Prefeitura toma como base para elaboração das tabelas os preços médios da CEASA de Piracicaba, embora com alguma defasagem de tempo.

5.3.3 Margem de Comercialização

Na Tabela 18 temos os resultados encontrados para as regressões estimadas relacionando as margens de comercialização para os produtos comercializados nos varejos municipais e os preços no atacado (CEASA), obtidos a partir da equação (2) da página 53. (1)

Os resultados mostram que para todos os produtos a margem do varejo tem relação indireta com os preços da CEASA de Piracicaba, significando que quando há um aumento (ou diminuição) dos preços no atacado, os varejistas diminuem (ou aumentam a sua margem de ganho.

Para a abobrinha, repolho, tomate e laranja, os coeficientes de intersecção são significativamente diferentes de zero ao nível de 10%, indicando que a margem de comercialização desses produtos no varejo apresenta um componente fixo em relação ao preço, ou seja, é praticada uma política mista de markup e componente fixo.

(1) Em decorrência da forma como se definiram as equações de margem de comercialização (equação 1, página 52 e equação 2, página 53) e preço no varejo para cálculo da elasticidade de transmissão de preço, (equação 3, página 55), prova-se matematicamente que os interceptos são iguais nas equações (2) e (3) e que o coeficiente do termo "preço" no varejo (P_v) na equação (3) é igual ao mesmo termo na equação número 2, acrescido da unidade. Assim:

$$M_v = P_v - P_a \quad (1)$$

$$M_v = a + b_1 P_a + b_2 T + E \quad (2)$$

Substituindo-se (1) em (2) temos que:

$$P_v - P_a = a + b_1 P_a + b_2 T + E$$

$$P_v = a + b_1 P_a + P_a + b_2 T + E$$

$$P_v = a + P_a(1 + b_1) + b_2 T + E$$

Uma vez que definimos na equação (3):

$$P_v = c + d_1 P_a + d_2 T + E$$

então, temos que $a = c$ e $d_1 = (1 + b_1)$

TABELA 18. Regressões lineares relacionando as margens de comercialização dos varejões municipais em relação ao preço da CEASA de Piracicaba-SP, para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, período 1985/89

Produto	Inter- secção	Coef. de regressão das var. independentes		R2
		Pa	T	
alface	131,14 (0,78)	-0,17 (1,30)**	1,18 (0,30)	0,40
abobrinha	2844,27 (8,15)*	-0,24 (3,00)*	-57,54 (8,00)*	0,64
cebola	949,85 (1,39)**	-0,24 (3,30)*	-16,11 (0,96)	0,20
repolho	1351,40 (4,13)*	-0,49 (3,90)*	-14,06 (1,70)*	0,34
tomate	1951,90 (7,33)*	-0,13 (2,14)*	-45,85 (6,80)*	0,55
laranja	3994,30 (21,40)*	-0,76 (16,90)*	-37,50 (8,30)*	0,90

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes referem-se ao valor de "t". A variável dependente refere-se ao preço dos produtos ao nível de varejo (varejões municipais) e as variáveis independentes são Pa = preço no atacado (CEASA) e T = tempo. O R2 é o coeficiente de determinação.

(*) e (**): estatisticamente significativo ao nível de 10% e de 20% de probabilidade, respectivamente.

A análise dos coeficientes de regressão da variável independente tempo indica que para a abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja ocorre uma diminuição no valor real da margem de comercialização dos varejões com o decorrer do tempo. A margem para alface apresenta comportamento inverso.

Os resultados para alface, para a intersecção, indicam que não há um componente fixo na margem de comercialização. O coeficiente de regressão da variável independente relativa ao preço da CEASA (Pa) é estatisticamente significativo ao nível de 20%, coerente com o fato de a Prefeitura Municipal utilizar os dados da CEASA como base para o tabelamento dos preços dos varejos.

Na Tabela 19 temos os resultados encontrados para as regressões estimadas para as margens de comercialização entre a CEASA e as feiras-livres, obtidas de acordo com a equação (2), descrita na página 52.

Os valores para os coeficientes de determinação (R^2) apresentaram-se baixos para todos os produtos, com exceção da laranja. No entanto o teste "t" apresentou valores significativos ao nível de 10% para os coeficientes de regressão da variável independente relativa ao preço no atacado (Pa) para cebola, repolho, tomate e laranja. Para a alface o nível estatístico de significância foi somente de 20%.

Os resultados mostram que para cebola e laranja a margem de comercialização das feiras-livres tem relação indireta com os preços da CEASA, enquanto que para alface, repolho e tomate, as margens das feiras-livres têm relação direta com os preços da CEASA de Piracicaba, significando que quando há um aumento (ou diminuição) dos preços no atacado, os feirantes aumentam (ou diminuem) a sua margem de ganho. Os resultados para abobrinha indicam que não há relação da margem de comercialização com o atacado.

TABELA 19. Regressões lineares estimadas das margens de comercialização das feiras-livres em relação à CEASA de Piracicaba-SP, para alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, período 1985/89

Produto	Inter- secção	Coef. de regressão das var.independentes		R2
		Pa	T	
alface	456,21 (1,51)**	0,14 (1,60)**	4,38 (0,63)	0,10
abobrinha	3680,92 (6,36)*	0,18 (0,13)	-61,80 (5,20)*	0,37
cebola	2173,76 (2,41)*	-0,19 (2,03)*	-16,48 (0,74)	0,10
repolho	1711,93 (4,21)*	0,27 (1,78)*	-33,11 (3,20)*	0,20
tomate	2333,3 (4,70)*	0,27 (2,43)*	-54,77 (4,30)*	0,32
laranja	4012,94 (12,25)*	-0,71 (8,97)*	1,99 (0,25)	0,64

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes referem-se ao valor de "t". A variável dependente refere-se ao preço dos produtos ao nível de varejo (feiras-livres) e as variáveis independentes são Pa = preço no atacado (CEASA) e T = tempo.

(*) e (**): estatisticamente significativo ao nível de 10% e de 20% de probabilidade, respectivamente.

A análise do coeficiente de regressão da variável independente tempo indica que para abobrinha, cebola, repolho e tomate ocorreu uma diminuição no valor real da margem de comercialização das feiras, com o decorrer do tempo.

6. CONCLUSOES

O presente trabalho teve como objetivo analisar a Política de Centrais de Abastecimento, tomando-se como estudo de caso a CEASA de Piracicaba.

A análise em relação ao processo inicial de estudos para a sua implantação demonstra que, apesar de transcorridas duas décadas da inauguração da CEAGESP em São Paulo, a qual serviu praticamente de modelo para o programa a nível federal, e das recomendações propostas nos estudos de avaliação das centrais em operação, a CEASA de Piracicaba acumulou uma série de erros em seu planejamento inicial.

O primeiro problema surge em relação aos próprios critérios estabelecidos para a seleção, extremamente flexíveis, que acabam perdendo sua função de orientar a escolha adequada, técnica e economicamente, dos municípios destinados a receberem uma Central de Abastecimento.

Observa-se que o município de Piracicaba não se enquadrou em nenhum dos critérios pré-estabelecidos, ficando a sua escolha respaldada apenas pelo fato de terem os estudos efetuados pela CEAGESP em 1978 indicado elevada taxa de crescimento da população e à existência de um mercado atacadista tradicional em atividade. O crescimento da população não apresentava, na realidade, um crescimento excepcional, pois a taxa para o período analisado nos estudos iniciais foi de 1,3% ao ano. Os referidos estudos também não analisaram com

profundidade o papel que exercia a estrutura atacadista então existente e o seu potencial para atender a futuras futuras, talvez através de adaptações da mesma, com menor gasto para os cofres públicos e menor interferência dentro do sistema. Provavelmente isto deve ter sido motivado pela existência de um critério, não explicitado e preponderante, que é a existência de força política, a nível estadual, que deve ter tido um grande peso na escolha do município. E é exatamente pelo fato de existir essa força política e por ser contrária à política local, é que criou-se um confronto com o poder municipal. A partir daí os problemas foram se acumulando. Uma vez não conseguido o terreno através da Prefeitura Municipal, para que a verba não fosse perdida pelo município, a CEASA foi construída em local não adequado, e este fato parece ser fundamental para os demais problemas surgidos - uma central de abastecimento não pode ser instalada de forma artificial dentro de um sistema de comercialização.

A comparação entre o antigo entreposto municipal, extinto com a inauguração do CEASA, demonstrou que houve um decréscimo de 8,9% no número de vendedores que operavam no local e um decréscimo de 42,8 % no volume comercializado por vendedor. Isto não significa que houve uma queda no comércio atacadista de Piracicaba, mas sim que os vendedores preferem comercializar os seus produtos marginalmente, apesar da proibição da prefeitura local. Isto é comprovado pelo aumento do movimento de atacadistas em frente ao mercado municipal, no centro da cidade, onde se estima um volume de 30% do total da comercialização do município e das entregas que são feitas por

produtores e vendedores, durante a noite e pela madrugada, diretamente em restaurantes, supermercados, quitandas, etc.

Em relação à comparação do movimento de comercialização da CEASA de Piracicaba com as demais centrais do interior, observa-se que ano a ano ela vem caindo na classificação. Em 1987 a CEASA de Piracicaba situava-se em quarto lugar no Estado, passando para o quinto lugar em 1988 e para o sétimo lugar em 1989.

A análise efetuada dentro da CEASA não é menos negativa. Além dos problemas de localização, já citados, a CEASA não presta nenhum serviço de comercialização aos seus usuários, como orientação em relação à padronização e à classificação de produtos e dotação de um serviço de informação de mercado. Isto significa que além de um isolamento geográfico, a CEASA de Piracicaba está isolada em termos de comunicação com outros centros de produção e de comercialização.

Assim, pode-se concluir que a CEASA de Piracicaba não executa as funções que dela são esperadas, como uma estrutura moderna de comercialização.

Com relação à estrutura de mercado, os resultados demonstram que a CEASA de Piracicaba apresenta um alto grau de desigualdade e de concentração de vendedores para todos os produtos analisados (alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja).

O Índice de Gini está muito próximo da unidade para os produtos analisados, variando entre 0,94 e 0,97.

O Índice de Concentração Econômica para os oito

maiores vendedores para cada produto também foi elevado, variando entre 0,72 e 0,96, enquanto que o Índice de Hirschman-Herfindahl apresentou valores elevados em relação àqueles esperados em uma distribuição perfeita.

Os resultados para a elasticidade de transmissão de preço da CEASA para os varejões e para as feiras-livres foram todos menores que a unidade, demonstrando que no geral uma variação de preços na CEASA é transmitida menos que proporcionalmente. Os resultados para os varejões foram: alface, 0,92; abobrinha, 0,67; cebola, 0,87; repolho, 0,57; tomate, 0,83 e laranja, 0,21. Para as feiras-livres são: alface, 0,81; abobrinha, 0,64; cebola, 0,70; repolho, 0,76; tomate, 0,82 e laranja, 0,23. Observa-se que a elasticidade de transmissão de preço é maior nos varejões do que nas feiras-livres, provavelmente pelo fato deste equipamento ter seus produtos tabelados pela Secretaria Municipal de Abastecimento a qual toma por base, embora com defasagem de tempo, a CEASA de Piracicaba.

Em relação às margens de comercialização, observa-se que há uma parte fixa independente dos preços do atacado para todos os produtos analisados, com excessão do alface nos varejões. As margens dos varejões tendem a ser inversamente proporcionais aos preços da CEASA. Em relação às feiras livres o fato não se verifica com tanta intensidade, apresentando margem inversa apenas a cebola e a laranja.

De acordo com a análise acima, pode-se concluir finalmente que a CEASA de Piracicaba não atende a maior parte dos objetivos propostos pela Política de Centrais de Abastecimento:

a) não reduziu os custos diretos de comercialização ao nível de

atacado, uma vez que não contribuiu para diminuir as perdas físicas e de valor, de embalagens e fretes. Em relação a este último, houve elevação dos custos em virtude do aumento da distância em relação aos locais de produção e de distribuição dos produtos.

b) não reduziu os custos indiretos de comercialização, uma vez que o volume comercializado por vendedor teve uma queda na transferência da comercialização do antigo entreposto municipal para a CEASA;

c) não ofereceu os meios necessários para o melhoramento da qualidade dos produtos ali comercializados, pelo contrário introduziu novos fatores de perda de qualidade (horário inadequado, estradas inadequadas).

d) não propiciou condições para criação de um sistema de informação de mercado;

e) aumentou os custos do comércio varejista, em consequência da maior distância e da falta de transporte urbano para suas instalações;

f) não contribuiu para aperfeiçoar o mecanismo de formação de preços, uma vez que sua estrutura de mercado é altamente concentrada e aliada a uma total ausência de informação de mercado;

g) não contribuiu para eliminar os problemas urbanísticos, o que se comprova pela permanência de pontos tradicionais de comércio atacadista no centro da cidade e pelos caminhões parados ao longo das avenidas.

O sistema de comercialização não se modernizou o bas-

tante, como se observa pela continuidade de práticas comerciais que resistiram ao tempo, não por causa da sua eficiência, mas pela ausência sistemática e contínua de uma adequada política de abastecimento.

7. SUGESTÕES

A análise efetuada no presente trabalho deixa clara a importância de uma visão sistêmica do abastecimento, no contexto de uma economia em crescimento onde a urbanização coloca pressões cada vez maiores sobre o abastecimento e as limitações e dificuldades trazidas por soluções concebidas de visões estreitas da problemática global ou por pressões políticas.

Não se justifica, com os problemas de escassez de recursos das áreas governamentais para programas de cunho social, continuar a dispersá-los em investimentos vultosos, baseados em critérios nem sempre econômica, técnica e socialmente justificados.

Consideramos necessário, dentro da já divulgada "municipalização das centrais de abastecimento" pelo Governo do Estado, a realização de estudos das estruturas existentes, não somente em termos de desempenho regional mas da integração entre as diversas regiões, no sentido de buscar racionalizar o abastecimento no Estado. Certamente isto não ocorrerá pela simples transferência do problema de abastecimento da área estadual para a municipal.

É necessária a elaboração de um Plano Estadual de Abastecimento, o qual deverá ter um enfoque global e sistêmico, baseando-se nesses diagnósticos completos e propondo soluções gerais apropriadas às condições específicas observadas e diagnosticadas.

Para minimizar o problema de ingerências políticas partidárias, sugerimos a formação de Conselhos Regionais de

Abastecimento, que deverão contemplar no processo de planejamento os interesses dos diversos grupos ligados ao abastecimento, através da representação de órgãos públicos interessados, das associações de comerciantes e de produtores, de técnicos e pesquisadores da área de abastecimento, etc.

8. BIBLIOGRAFIA

Abastecimento:novos caminhos! Conjuntura Econômica,Rio de Janeiro,28(4):66-70,abr.1974

ARAUJO, R.L. de Situação alimentar no Brasil. 1.ed. Brasília, Gráfica Tipogresso Ltda, 1989:132p.

BARROS, G.S.de C .Transmissão de preços pela Central de Abastecimento de São Paulo.Brasil.In IV SEMINÁRIO SOBRE PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA.Piracicaba,1988,Anais USP-ESALQ.FEALQ. 1988

BARROS, G.S.de C.& XAVIER, L.E..Aspectos da Comercialização e seus efeitos sobre os preços e rendas agrícolas.Revista de Economia Rural.Brasília.17(3):25-50, jul/set.1979

BARROS, G.S.de C. Economia da Comercialização Agrícola.FEALQ ESALQ/USP.Piracicaba.1987

BNDE/DIAP.Avaliação do Programa de Centrais de Abastecimento.Rio de Janeiro: mimeografado, 1974.

BRANDT,S.A.O mercado agrícola brasileiro. São Paulo. Nobel, 1979.145p.

BRANDT,S.A.Problemas e Políticas de Abastecimento Alimentar.In:XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,29.,Brasília,SOBER,1987.p:33-42

BRASIL. Congresso Nacional.Serviço de Controle de Informações. Brasília.1989.

CEAGESP-o armazenamento e abastecimento em São Paulo.Planejamento e Conjuntura,São Paulo,66:65-68,jul.1974

CEAGESP -Avaliação do comércio atacadista de Piracicaba mimeografado:1978.24 p.

CEASA - A solução para o abastecimento. Dirigente Rural, São Paulo, 14(3-4):8-20, abr. 1975

CEASA-sistema integrado de modernização do abastecimento. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 28(4):72-74, abr. 1974

CEASA-PE. Aspectos da Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros e Cereais na Cidade do Recife. Pernambuco, 1973.

CYRILLO, D.C.O papel dos supermercados no varejo de alimentos. Ensaios Econômicos, IPE, São Paulo, 68:1-198, 1987.

COBAL-Companhia Brasileira de Alimentação. Diretrizes para uma política institucional de abastecimento alimentar. Brasília, 1985 (Documento Base para análise e discussão no seminário Nacional de Abastecimento)

COELHO, C.N.A. A Indução de Tecnologia nos Canais de Distribuição de Alimentos. Revista de Economia Rural, Brasília, 8(3):617-629, jul/set. 1980

COELHO, C.N.A. Abastecimento e inflação. In: XXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER, Brasília, 1987. Anais. Brasília. 1987. p.43-50

COUTO, E.P. Eficiência de preços na comercialização de milho em áreas selecionadas no Estado de Minas Gerais. VIÇOSA. 1984 (Mestrado -Universidade Federal de Viçosa)

DAEMON, D.; COSTA, A.G.; CUNHA, R. Estrutura Física de Comercialização: projetos. Porto Alegre, Globo/Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil, 1977. 127p.

FELDENS, A.M. Formação dos preços agrícolas ao nível varejista. Revista de Economia Rural, Brasília. 17(3):113-118, jul/set. 1979

FIALLOS, M.E.W. Análise da demanda e preços de tomate no Estado de São Paulo Piracicaba, 1981 (Mestrado, Universidade de São Paulo).

- HOFFMANN, R. Análise Econométrica de margens de comercialização de ovos no Estado de São Paulo. Departamento de Economia e Sociologia Rural ESALQ/USP, 1969. 18p. Série Pesquisa n.10.
- HOFFMANN, R. A decomposição do Índice de Hirschman-Herfindahl. Revista de Econometria, Rio de Janeiro. n.2, novembro. 1982
- HOFFMANN, R. & S. VIEIRA. Análise de Regressão. Uma Introdução à Econometria. Segunda edição, São Paulo, Hucitec, 1983. 379 p.
- HOFFMANN, R. & SILVA, L.A.C. Contribuição ao estudo da concentração da produção agropecuária no Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília. 24(2):145-159, abr/jun. 1986
- HOFFMANN, R. Estatística para Economistas. Livraria Pioneira, São Paulo, 1987.
- HOLANDA FILHO, S.B. Estrutura Industrial no Brasil: concentração e diversificação. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1983. 275p.
- JUNQUEIRA, P. de C., LINS, E.R. & PADOVANI M.C.M. Estrutura dos Preços e demanda de Hortaliças no Entrepasto Terminal de São Paulo. Agricultura em São Paulo, São Paulo. Ano XVIII (11/12):53-80, nov/dez. 1971.
- JUNQUEIRA, P.C. Distribuição das Margens de Comercialização. Guia de Comercialização Rural. São Paulo. Coopercotia, p.86-94, 1970.
- JUNQUEIRA, P. DE C.; SUCKOW, A.A.; RAMOS, L.C.G. Entrepasto Terminal de São Paulo-experiência e avaliação. Agricultura em São Paulo, São Paulo, Ano XVIII, (3/4):27-101, março/abril, 1971
- KASSOUF, A.L. & HOFFMANN, R. Introdução ao RATS. Piracicaba. Departamento de Economia e Sociologia Rural/ESALQ-USP, 1988. 61p. Série Estudos n.29
- KOCK, J.V. Industrial organization and prices. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 1980
- LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. História do abastecimento (1918-1974). Brasília, BINAGRI-Ministério da Agricultura, 1979
- LOPES, M.R. A interferência do governo na comercialização e a

administração do risco de mercado na agricultura.Revista de Economia Rural, Brasília, 18(3):601-615, jul/set.1985

LYRA, I.T. & RYFF, T.B.B. Agricultura de Abastecimento Interno: Problemas e Perspectivas. Revista de Economia Rural, Brasília, 18(3):.581, jul/set.1980

MALUF, R.S. Algumas questões teórico- metodológicas no estudo da comercialização agrícola. Campinas, 1982. (Mestrado - Universidade de Campinas)

MARQUES, P.V. & AGUIAR, D.R.D. Comercialização de Produtos Agrícolas Piracicaba. Departamento de Economia e Sociologia Rural/ESALQ-USP, 1989. 268p. Série Didática n.54

MELLO, F.H.de. Necessidade de ajustamento de Política Agrícola visando a produção e abastecimento alimentar no Brasil. In IV Seminário sobre problemas e perspectivas da Agricultura Brasileira, Piracicaba, FEALQ, 1988.

Mercado atacadista de produtos hortifrutigranjeiros-modernização da estrutura. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 28(8): 133-137, ag.1974.

NASCIMENTO, A.F.M.do; CRUZ, J.A.C. O abastecimento de hortigranjeiros e a nova política agrícola. Revista de Economia Rural, Brasília, 24(4):393-404, out./dez.1986

PATRICK, G.F. Comercialização Agrícola. São Paulo. 1972. (Anotações de aula)

Produtos agrícolas-armazenamento. Conjuntura Econômica Rio de Janeiro 28(8): 133-137, ag.1974.

SARAN, R. Influências sobre o mercado de produtos agrícolas derivadas de mudanças na distribuição e concorrência por sintéticos. In: XV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS, IAAE, São Paulo-Brasil, 20-29 ag, 1973. 8pg.

STEELE, H.L.; VERA FILHO, F. & WELHS, R.S. Comercialização Agrícola. São Paulo, Atlas, 1971. 445p.

SUCKOW, A.A. Distribuição de alimentos no atacado. In: FORUM DE DEBATES SOBRE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS. Instituto Bras'lio

Machado Neto e Federação do Comércio do Estado de São Paulo, junho 1977, pag 175-188

TEIXEIRA, H.H.L.; BRANDT, S.A. & VIEIRA, R.C.M.T. Margens de comercialização: uma análise econométrica de desequilíbrio. Revista de Economia Rural, Brasília, 23(2):291-311, abril-jun 1985.

UENO, L.H. Perdas na Comercialização de Produtos Hortifrutícolas na Cidade de São Paulo. informações Econômicas, São Paulo, 6(3):5-7, 1976.

VEIGA, A.O produtor agrícola e o sistema competitivo. Revista de Economia Rural, Brasília, 17(3):.109-111, jul/set. 1979

VERGOLINO, J.R.O. O abastecimento de alimento no nordeste. Revista de Economia Rural, Brasília, 18(13):631-642, jul.set.1980.

ZAGATTO, L.C.A.G.; CARVALHO, F.C.; NOGUEIRA Jr.S. Organização e estrutura da indústria paranaense de descaroçamento de algodão São Paulo. 1985

APENDICE

Tabela 20. Preços e quantidades comercializadas de repolho no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP .Período 1985/1989.

mês/ ano	preço varejão Cz\$/kg	preço feira Cz\$/kg	preço CEASA Cz\$/kg	quant. total CEASA	quant região CEASA
0385	386	899	280	4454	219
0485	420	810	303	4682	390
0585	516	898	441	3538	312
0685	931	1373	579	2394	234
0785	1221	2176	888	4226	1095
0885	1048	2054	852	5556	1972
0985	1013	2051	679	4813	2358
1085	850	1849	453	5126	2056
1185	765	2026	793	4688	1887
1285	1338	2262	1014	3940	534
0186	2433	3650	2180	4130	121
0286	2267	5578	2145	9532	170
0386	2400	5510	2495	6893	284
0486	2650	5980	2708	7227	1013
0586	2750	5550	2884	10546	3517
0686	2640	3070	2519	7302	2567
0786	2250	3200	2071	5049	2608
0886	2000	3450	2096	7077	4925
0986	1200	3460	1440	9069	6342
1086	1250	3230	1428	7476	5319
1186	1330	2990	1307	4308	3111
1286	1730	3020	1854	4419	2079
0187	3040	6570	3193	5868	1032
0287	5400	9590	4109	6068	1132
0387	10500	13050	5138	6106	1369
0487	5880	13740	7275	8688	1109
0587	5500	10500	5842	9212	3487
0687	9750	10520	5676	8786	3532
0787	10500	9940	4983	13027	6177
0887	11270	11590	6759	6392	2584
0987	12130	12760	7610	6948	5343
1087	11000	10200	8500	4858	3561
1187	12500	11470	10766	4496	2817
1287	14000	13080	10875	5920	3798
0188	15000	16050	9639	7041	2323
0288	14630	18130	8875	6813	499
0388	16880	18180	11919	7334	860
0488	20300	28900	21017	6813	1061
0588	36080	73900	25977	4843	762
0688	39580	85910	38549	7359	3253
0788	40000	90600	51763	7090	3150
0888	40000	90040	49696	10081	6235
0988	40000	87417	58908	9815	5798
1088	40000	96100	54211	5851	4123
1188	40000	85500	41403	4529	3529
1288	50000	122870	50000	3007	1349
0189	110000	300000	407500	2975	731
0289	350000	630000	347000	2942	112
0389	230000	800000	468000	4348	309

Fonte:CEAGESP

Tabela 21. Preços e quantidades comercializadas de laranja no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP, período 1985/1989.

mês/ ano	preço varejão Cz\$/kg	preço feira Cz\$/kg	preço CEASA Cz\$/kg	quant.(t) total CEASA	quant.(t) região CEASA
03.85	1633	1796	1191	9610	2374
04.85	1733	1779	1119	8462	1571
05.85	1808	1820	1109	5835	1314
06.85	1877	1780	1098	3207	1110
07.85	1942	1630	1389	10340	3235
08.85	2052	2239	1583	11599	3160
09.85	2136	2317	1728	12166	3280
10.85	2437	2607	1884	14185	3401
11.85	2972	3364	2467	16279	2745
12.85	3167	2789	3105	14226	2386
01.86	3542	4582	2779	15563	2685
02.86	3780	5966	2925	13896	3167
03.86	3750	4420	3180	15058	3265
04.86	3730	4860	2280	16825	3255
05.86	3750	4750	2282	18061	1900
06.86	3920	5250	2370	16574	1752
07.86	4120	5480	2450	17923	1894
08.86	4050	5340	2150	24702	2588
09.86	4080	5370	2290	27538	2954
10.86	4180	5030	2330	28713	3426
11.86	4500	6810	3070	23318	2584
12.86	5000	7310	3160	22340	3373
01.87	5680	6690	2270	26953	3443
02.87	5310	7040	3000	23356	2771
03.87	4920	7600	2150	24785	3045
04.87	5480	8390	2450	16216	2193
05.87	6950	9220	2370	14115	2559
06.87	8040	10010	6050	13818	3835
07.87	10750	12840	6977	20111	6151
08.87	12370	15680	8516	17762	6638
09.87	14240	22100	12721	18645	6405
10.87	17250	20000	16015	19758	6465
11.87	20950	25920	23066	17357	4480
12.87	26080	32310	24739	15544	3990
01.88	31310	39180	42852	14177	4510
02.88	31250	56810	61033	12274	4015
03.88	33500	53980	60731	12398	1841
04.88	47750	58270	35889	10906	3142
05.88	51650	65790	46508	10062	3312
06.88	54440	70510	40347	10424	3553
07.88	65050	92810	50129	12368	4966
08.88	85415	127695	84410	13279	4993
09.88	102500	170180	133804	14511	5492
10.88	158556	230325	211179	13314	5682
11.88	188830	260680	258257	11627	5258
12.88	246600	425880	321246	10954	5353
01.89	334668	500000	308979	10704	4586
02.89	380000	700000	296713	10453	3818
03.89	380000	770000	438581	13714	3993

Fonte: CEAGESP

Tabela 22. Preços e quantidades comercializadas de abobrinha no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP .Período 1985/1989.

mês/ ano	preço varejão Cz\$/kg	preço feira Cz\$/kg	preço CEASA Cz\$/kg	quant. total CEASA	quant região CEASA
0385	1435	1341	738	1822	1010
0485	1375	1214	740	1922	1317
0585	1635	1838	1132	1496	975
0685	2316	2826	1524	1070	632
0785	3182	4256	1956	1154	792
0885	2669	4363	1822	1910	1472
0985	2839	4302	1678	1977	1579
1085	1931	3875	1327	2438	2115
1185	3108	4826	1491	2448	1448
1285	2742	3618	1688	2701	1677
0186	3586	4948	2275	2988	2014
0286	4067	5090	3001	4422	3740
0386	3690	5790	2661	3087	2049
0486	3640	4940	2323	4433	3158
0586	4660	6440	3512	5828	4176
0686	3670	7330	3612	3834	2552
0786	5240	6280	3946	2413	1649
0886	5630	8250	4886	3823	1567
0986	5190	8370	3817	4005	2112
1086	3920	7860	3313	4237	2070
1186	4030	7170	2369	3648	2111
1286	5470	6930	3087	2841	1886
0187	6890	10410	3982	2513	1783
0287	11490	14760	8351	2097	1173
0387	10500	11450	8240	3611	1847
0487	10500	11260	6227	2999	2246
0587	11080	12700	6235	3075	1941
0687	14760	13760	8724	2877	1958
0787	13520	17320	7632	4042	2575
0887	19250	19800	11954	2104	1361
0987	16630	20330	14985	2194	958
1087	13300	21040	15764	3160	1706
1187	15500	19080	16239	2940	1695
1287	11120	18770	12583	4485	2820
0188	17330	22910	14268	3272	1802
0288	19500	37970	8351	3308	2186
0388	19420	32360	24268	4657	3176
0488	30910	45470	26526	3325	2417
0588	52500	65130	48860	2473	1234
0688	100830	125420	107360	1452	591
0788	87750	130820	77237	2595	1531
0888	118130	177015	137535	1733	1112
0988	129100	186105	154471	2217	850
1088	139000	227320	145259	3321	1602
1188	111200	262500	146212	3161	1481
1288	155500	188500	131310	1793	1150
0189	260000	370000	294831	2558	1191
0289	370000	610000	462857	3324	1231
0389	440000	880000	586190	3895	2233

Fonte:CEAGESP

Tabela 23. Preços e quantidades comercializadas de alface no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP .Período 1985/1989.

mês/ ano	preço varejão Cz\$/kg	preço feira Cz\$/kg	preço CEASA Cz\$/kg	quant. total CEASA	quant região CEASA
0385	592	767	720	4995	4817
0485	766	914	600	7223	6643
0585	600	867	680	6299	5882
0685	620	855	760	5376	5121
0785	675	994	650	7511	6966
0885	700	939	550	9131	7904
0985	700	969	540	9691	8997
1085	700	975	520	11150	10745
1185	1020	1187	860	9792	9764
1285	1413	1186	1570	8774	8742
0186	2933	2715	2360	5956	5539
0286	4500	5657	3860	4743	4568
0386	3460	4310	2800	7403	7284
0486	2810	3740	2530	7893	7322
0586	2750	3960	2410	8740	8087
0686	2420	4230	2290	7046	6751
0786	2260	3900	1770	6443	6350
0886	1650	3640	1590	7423	7092
0986	2660	3570	2460	5605	5250
1086	2160	3770	1870	7244	6905
1186	2100	4060	1780	6363	6134
1286	4500	4550	3373	4320	4146
0187	5880	8490	4880	5806	5786
0287	7880	11430	7008	2995	2827
0387	5500	9300	5143	5384	4930
0487	5310	8320	4883	5952	5324
0587	10400	11280	8435	3854	3415
0687	10380	12130	8796	4381	3987
0787	5630	9680	3861	7946	6917
0887	3900	7670	3353	5944	4055
0987	4000	7220	4082	4056	3492
1087	7000	8460	5173	5820	5039
1187	7500	9080	5417	5827	5007
1287	11300	13310	6105	4699	3850
0188	16400	23680	9690	4270	3350
0288	20000	31860	13125	5398	4438
0388	17500	31391	14067	7646	6459
0488	17500	28970	16509	8014	6761
0588	30000	37050	28459	3648	3193
0688	30000	46550	36563	4408	3796
0788	28000	42730	22872	5253	4423
0888	21250	36350	21922	6016	4871
0988	22500	37000	23760	5981	4749
1088	41500	57200	42983	5164	4754
1188	61250	89790	70328	4727	3850
1288	76250	90310	62062	4978	3689
0189	300000	340000	206031	4731	3775
0289	390000	510000	350000	4483	3862
0389	400000	550000	455000	5858	4590

Fonte: CEAGESP

Tabela 24. Preços e quantidades comercializadas de cebola no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP. Período 1985/1989.

mês/ ano	preço varejão Cz\$/kg	preço feira Cz\$/kg	preço CEASA Cz\$/kg	quant total CEASA	quant região CEASA
03.85	948	1058	792	9070	1183
04.85	875	1082	886	13213	1126
05.85	1137	1947	2177	10436	662
06.85	3022	3049	5465	7659	197
07.85	7651	7759	5907	6618	302
08.85	6470	7753	4890	8210	333
09.85	3544	6074	2581	9423	44
10.85	2688	3685	2240	13592	1020
11.85	2527	2949	1765	16066	1623
12.85	1779	2511	3458	13206	1410
01.86	4346	3975	4630	13133	2153
02.86	5016	7115	4561	12857	992
03.86	4840	6510	4175	12769	264
04.86	3980	5860	3861	13068	713
05.86	4050	6000	4006	15969	726
06.86	4040	5960	3733	15672	48
07.86	5130	6170	3635	10939	85
08.86	4620	6960	4054	16184	335
09.86	3670	5680	4903	18315	1203
10.86	4870	6440	3741	18559	3453
11.86	4030	7360	2770	15784	2429
12.86	3000	5580	3029	12692	1295
01.87	3580	4980	3555	15498	1527
02.87	3880	5580	3555	18098	1434
03.87	5890	7440	5658	12724	1551
04.87	10550	11940	10211	14391	813
05.87	17750	18560	14467	14280	935
06.87	12920	15110	12405	13904	1733
07.87	13700	16340	12833	15167	2068
08.87	7630	11470	8584	13531	2717
09.87	4420	8240	5384	11362	1752
10.87	5800	7560	5159	13784	1877
11.87	6330	7990	5479	13380	1992
12.87	12500	12600	7336	17813	2428
01.88	21500	26630	11355	15650	2445
02.88	22250	38910	29696	15798	1325
03.88	38000	57061	39013	12440	2705
04.88	68500	151670	80571	14053	1384
05.88	72920	96050	88291	14184	685
06.88	89170	130900	114669	13784	1047
07.88	118670	141347	139068	11831	348
08.88	155750	189632	175726	11636	552
09.88	199750	235500	185769	12139	1098
10.88	158000	237720	173784	13212	329
11.88	100920	157500	139725	13439	665
12.88	125000	163700	130174	12303	978
01.89	280000	340000	203587	13111	760
02.89	280000	390000	277000	13919	541
03.89	300000	400000	289500	14657	1021

Fonte: CEAGESP

Tabela 25 .Preços e quantidades comercializadas de tomate no varejo (varejão e feira) e atacado (CEASA), município de Piracicaba-SP .Período 1985/1989.

mês/	preço varejão Cz\$/kg	preço feira Cz\$/kg	preço CEASA Cz\$/kg	quant total CEASA	quant região CEASA
0385	954	1011	612	20137	2138
0485	672	972	462	27313	8469
0585	1466	1594	900	20618	8713
0685	1580	1940	1138	13922	8957
0785	1438	2106	996	23026	13697
0885	1647	2107	1123	24067	7844
0985	1832	2280	1110	27884	6990
1085	1629	1932	873	28801	10415
1185	1835	2082	1125	27177	6649
1285	2074	2366	1416	37060	8523
0186	4150	4638	2449	29625	6121
0286	6175	10667	4759	30875	3241
0386	7290	9750	5462	22092	1028
0486	7370	11900	6934	19580	37232
0586	7250	12350	3714	34232	22081
0686	5520	7360	3276	24218	14606
0786	3970	6370	3024	22780	13272
0886	4140	5620	2730	26387	13651
0986	4070	5830	2272	25601	5958
1086	4240	5860	2486	21299	7114
1186	4730	6270	3421	21124	5905
1286	4970	6930	3120	19862	2906
0187	5160	7220	3537	34886	2722
0287	11660	14820	7904	20534	2165
0387	8340	10660	6744	35733	3405
0487	12840	17080	10113	23710	3289
0587	10230	15880	8514	24330	4883
0687	9850	14230	7161	25441	17748
0787	6940	13260	4767	29181	25580
0887	14000	22200	11328	20372	9637
0987	12590	23940	11883	21265	7225
1087	12390	20750	10653	24815	11500
1187	16560	23340	11303	19758	5910
1287	17650	25400	12452	21452	925
0188	9880	18170	11140	25721	1182
0288	17250	23640	11828	30245	727
0388	16500	23490	15172	28409	1429
0488	43800	53670	36423	23266	3781
0588	49380	71320	36506	20955	4417
0688	65000	76440	54573	20904	5405
0788	63750	88430	62398	22469	10953
0888	64940	93820	70376	24347	11679
0988	73750	124000	76959	25294	7034
1088	105580	174800	140615	23881	3916
1188	134550	174000	141231	25126	7564
1288	130000	173060	169948	29784	4674
0189	310000	470000	401374	23051	2433
0289	530000	670000	632800	25317	192
0389	740000	1050000	830800	28468	874

Fonte:CEAGESP

TABELA 26. Índice de Concentração econômica para o maior, os quatro e os oito maiores vendedores de alface, abobrinha, cebola, repolho, tomate e laranja, na CEASA de Piracicaba, período 1985/1989.

	alface	abobrinha	cebola	repolho	tomate	laranja
maior vendedor	0.21	0.38	0.24	0.35	0.21	0.19
4 maiores vendedores	0.57	0.59	0.74	0.55	0.65	0.81
8 maiores vendedores	0.99	0.74	0.96	0.72	0.89	0.95

Fonte de dados: CEAGESP

SETOR PERMANENTE

SETOR NÃO PERMANENTE

expansão

ÁREA DE EXPANSÃO

SETOR PERMANENTE